

Dossiê crítico sobre as “escutas públicas” da empresa Diagonal, no âmbito do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS. Maceió, 12 de abril de 2023.

Realização:

Movimento Unificado das Vítimas da Braskem – MUVB.
Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro.
Instituto para o Desenvolvimento das Alagoas – IDEAL.
Laboratório de Economia Aplicada – LEAP, lotado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC)/ UFAL.
Morfologia dos Espaços Públicos – MEP, lotado na Faculdade Arquitetura e Urbanismo FAU/UFAL.

Organização:

Camila Dellagnese Prates, Isadora Padilha, Neirevane Nunes.

Autores:

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas – Arquiteta e urbanista, Doutora em Ciências Sociais (UFSCar) Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Contato: adriana.capretz@fau.ufal.br
Alexandre de Moraes Sampaio - Presidente da Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro. Contato: levendeimoveis@gmail.com
Caroline Gonçalves dos Santos - Arquiteta e Urbanista - Doutorado em Desenvolvimento Urbano. Contato: Caroline.santos@fau.ufal.br
Camila Dellagnese Prates - Doutora em Sociologia (UFRGS) e Professora Visitante PPGS/UFAL. Contato: camila.prates@ics.ufal.br
Juliane Veríssimo - Graduação em Ciências Sociais e Mestranda em Sociologia PPGS/UFAL. Contato: julianevalima@gmail.com
Isadora Padilha - Arquiteta e Urbanista, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, autora do livro “Rasgando a Cortina de Silêncios”. Contato: belasartes@yahoo.com.br
Natallya Levino - Bacharel em Ciências Econômicas e Administração, doutorado em Engenharia de Produção (UFPE). Contato: natallya.levino@feac.ufal.br
Neirevane Nunes - Bióloga com Especialização em Biodiversidade e Manejo de Unidades de Conservação e Mestra em Ensino de Ciências e Matemática. Contato: neirenunes37@gmail.com
Rikartiany Cardoso - Mestranda em Direito (UFPE). Graduação em Direito (UFAL). Contato: rikartiany.teles@ufpe.br

Sumário

1- Apresentação e contextualização do dossiê sobre as inconsistências das “escutas públicas”	3
2- Metodologia e Processo de Trabalho	10
3- Eixo 1: Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades.....	16
4- Eixo 2: Atividade Econômica, Trabalho e Renda.....	22
5- Eixo 2 - Ainda sobre as inadequações sobre atividade econômica, trabalho e renda.....	33
6- Eixo 3 - Qualificação urbana e ambiental.....	38
7- Eixo 3 - Ainda sobre as inadequações sobre a qualificação urbana e ambiental.....	45
8- Eixo 4: Preservação da Cultura e Memória	49
9- Leitura Comunitária.....	53
10 - Anexos	56

1- Apresentação e contextualização do dossiê sobre as inconsistências das “escutas públicas”

Camila Dellagnese Prates
Isadora Padilha
Neirevane Nunes Ferreira de Souza

O presente dossiê é construído por pesquisadoras, pesquisadores e movimentos sociais, traz críticas à análise técnica científica do material técnico presente no Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS, elaborado pela empresa Diagonal (2021; 2023). A escolha de submeter esse documento ao Ministério Público e não à Diagonal, demonstra que não concordamos com a centralidade da empresa na apuração das inconsistências aqui listadas, visto que, a empresa demonstrou que possui um viés interpretativo altamente direcionado ao apagamento do desastre ambiental dos impactos e das pessoas que vivenciaram o desastre provocado pela Braskem, por meio do uso de linguagem, teorias e metodologias academicamente insuficientes.

Os estudos aqui apresentados foram realizados de forma voluntária, por pesquisadoras e técnicos de diversas instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais locais como o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) e estão compilados na forma deste dossiê, seguindo a organização elaborada pelo diagnóstico apresentado pela referida empresa. Cumpre salientar que esta não é a primeira tentativa de apresentar o relatório do diagnóstico, pela Diagonal, no ano de 2022, o mesmo foi invalidado publicamente pela sociedade alagoana e pela própria prefeitura de Maceió. Agora ele é reapresentado reforçando as antigas incongruências, como malabarismo linguístico, para tentar aliviar a gravidade da calamidade causada pela empresa assolando aquele território. O exemplo disso é a denominação que permanece sendo adotada pela Diagonal no documento, apresentando o que aconteceu em Maceió como “evento geológico”.

Nesse contexto, este documento objetiva expor para a sociedade as falhas, omissões e lacunas dos estudos apresentados pela empresa Diagonal e informar a sociedade sobre os potenciais impactos socioambientais que não estão dispostos no documento construído pela Diagonal. Seu propósito é qualificar o debate público, acadêmico, jurídico no que tange o processo de construção das medidas mitigadoras, que não estão presentes no Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS. Além disso, esse documento crítico espera contribuir com ações jurídicas, a partir de informações técnicas independentes.

O grupo de pesquisadoras e pesquisadores, que aqui escrevem seus pareceres, esteve reunido, no âmbito das “escutas públicas”, organizada pela Diagonal, realizadas durante das terças-feiras, nos dias 07, 14, 21 e 28 do mês de março de 2023, no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA), no ginásio do CDR, localizado na Avenida Fernandes Lima, s/n Maceió, AL. Após a leitura atenta dos documentos disponibilizados pela Diagonal no seu sítio eletrônico (<https://maisdialogos.com/documentos>), os pesquisadores,

moradores e movimentos sociais fizeram uso do insuficiente espaço destinado a eles, 3 minutos de intervenção, para expor as graves falhas. Da mesma forma, o tempo destinado para as críticas escritas, dado pela empresa, foi de 15 dias corridos, a contar da última “escuta pública”. Aqui, é importante registrar que a Comissão de Direitos Humanos da OAB solicitou i) envio das transcrições das escutas dos eixos e ii) e uma extensão do prazo para manifestação do Estudo apresentado pela Diagonal, via ofício (ver anexo 3) à diagonal, contudo, sem resposta pela empresa até o presente momento. Nesse contexto, alerta-se que este documento crítico foi construído em um prazo extremamente exíguo, por isso, este documento crítico é uma versão inicial. Ressalta-se que mesmo frente as dificuldades enfrentadas, este documento aponta incongruências preocupantes, realiza questionamentos e solicita complementações, como será visto na sequência da leitura.

No primeiro (07 de março de 2023) dia das “escutas públicas”, foram tratadas questões do eixo 1 - Políticas sociais e redução de vulnerabilidades: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Urbana, Públicos Prioritários por vulnerabilidade (primeira infância, juventude e pessoa idosa) e foram realizadas **12 intervenções críticas orais**, apontando as falhas metodológicas, inconsistências na formulação do diagnóstico. No segundo dia (14 de março de 2023) foram apresentadas questões sobre o eixo 2 – Atividade econômica, Trabalho e renda: Atividade econômica; Empreendedorismo; Geração de trabalho e renda; Qualificação profissional; Atividade Pesqueira. **13 intervenções críticas** orais seguiram indicando as insuficiências do diagnóstico. No terceiro dia (21 de março de 2023) foram considerados os assuntos do eixo 3 - Recuperação e Qualificação do Espaço Urbano: Planejamento, habitação e dinâmica imobiliária; Meio ambiente urbano; Drenagem e resíduos sólidos; Espaços Públicos; e Centralidades e mobilidade urbana e **17 manifestações críticas** foram apresentadas. No último dia (28 de março de 2023), apresentou-se o eixo 4 - Preservação da Cultura e Memória: Patrimônio Cultural, Identidade e memória e foram realizadas **24 manifestações orais contrárias que seguiram apontando as inconsistências ainda não respondidas nos encontros anteriores**.

No contexto vivenciado o primeiro ponto que merece destaque é que a dinâmica apresentada pela Diagonal (disponível no EDITAL DE CHAMAMENTO DE ESCUTAS PÚBLICA¹) para apresentação e tempo de perguntas sobre o diagnóstico foi considerada insuficiente pelos participantes já no primeiro dia de “escuta pública”: a reclamação generalizada apontou que, das 12 intervenções críticas, as mesmas não foram respondidas a contento, **alargando as dúvidas sobre os estudos que amparam o diagnóstico, gerando desconfiância por parte dos presentes se as questões colocadas seriam ou não respondidas nos outros dias das “escutas públicas”**. Para elencar uma situação ocorrida no primeiro dia: quando questionada sobre a metodologia e as terminologias do documento, objeto da maioria das intervenções críticas, as respostas eram dadas como se as discrepâncias terminológicas e metodológicas fossem uma questão de “divergência de opinião”, como pode ser acompanhado pela gravação de vídeo da “escuta pública”, aos 2:40:45s, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=BG8WMq4g47I>.

“Nós escutamos por aí, nem precisamos dos dados”, sendo essa, mais uma frase emitida por representante da equipe da empresa Diagonal em meados de março de 2023 como forma de responder sobre as falhas metodológicas. Reforçamos que ela se mostra emblemática daquilo que se tornaram as chamadas “escutas públicas”. Sobre o processo realizado pela referida instituição, contratada pela Braskem, se tem algo que se pode afirmar categoricamente é que de fato não houve escuta alguma nas reuniões públicas realizadas nos

¹ Disponível em: <https://maisdialogos.com/documentos> Acesso em 11 de abril de 2023.

dias 7, 14, 21 e 28 de março de 2023 no CEPA, em Maceió, uma vez que não se verifica escuta quando a população e comunidade acadêmica técnico-científica local respondem, repetidamente, à terminologia empregada no suposto diagnóstico, referindo-se à mesma como insultuosa e afrontosa, e a devolutiva dos representantes da empresa é de que manterão tal “abordagem metodológica” porque “divergências sempre irão existir”.

Prosseguindo frente a essa situação, no segundo dia de “escuta pública”, o MUVB submete um pedido de alargamento da participação dos participantes, alegando que “em nossa avaliação da última escuta do dia 07/03/2023, a participação da população foi prejudicada. O tempo direcionado de 3 minutos para cada fala é insuficiente, se tratando da análise de um documento de mais de 600 páginas, há vários pontos que necessitam ser abordados e que acabam ficando pendentes e foi o que ocorreu na escuta anterior, além disso, muitas perguntas ficaram sem resposta.” (ofício 01/2023 MUVB²). Após a leitura pública do ofício pela mesa, o pedido não foi atendido e nos demais dias a sequência de perguntas não respondidas só aumentou. Ainda, as intervenções críticas apontaram massivamente a ausência de dados no diagnóstico, gerando ofícios de solicitação de dados oficiais para poder se verificar a veracidade das informações trazidas no documento³, evidenciando que o Diagnóstico ainda está genérico.

O segundo ponto que cumpre salientar é que as “escutas públicas” foram marcadas por denúncias de **não escuta**, cuja dinâmica gerou mais dúvidas do que esclarecimentos. Além disso, a sucessão das fragilidades apontadas ao Diagnóstico também gerou desconfiças sobre o processo de escolha da referida empresa consultora para o caso Braskem, dando a entender que a designação da Diagonal não teve o caráter de independência e isenção necessárias. Somado a isso, reforça-se que já constava na cláusula 64 do Acordo Socioambiental (Proc. Nº 0806577-74.2019.4.05.8000) que seria a Diagonal a empresa contratada pela Braskem para fazer os estudos sociais, bem como a predefinição da empresa Tetra Tech para fazer os estudos de impacto ambiental e elaborar o plano ambiental. Logo, pode-se esclarecimentos sobre a vinculação e o direcionamento da Braskem nos estudos e diagnósticos das empresas que contratou para fazer os estudos sobre os danos causados pela própria mineradora.



² Ver anexo 1

³ Ver anexo 2 e 3.

É importante evidenciar os vícios de falta de rigor científico que o Diagnóstico apresenta, as lacunas metodológicas, os dados escassos e deficientes, a utilização de referências inadequadas e algumas delas inexistentes, como no caso do Plano de Mobilidade de Maceió. O aspecto mais evidente do afastamento científico do Diagnóstico é a manipulação da linguagem para encobrir o fato crime: o crime socioambiental da Braskem em Maceió, isso é constatado quando o Diagnóstico:

- Utiliza sempre o termo **“evento”** ou **“fenômeno” geológico** ou invés de crime ambiental;
- Utiliza o termo **“bairros anfitriões”** se referindo aos bairros que estão recebendo os moradores das áreas afetadas pelo afundamento.
- Em nenhuma parte do documento a Braskem é citada como responsável pela tragédia/crime em Maceió;
- O documento declara que “o processo de realocação deverá gerar maiores **oportunidades de trabalho e renda**” (pág.346), o que é um absurdo diante do processo real de empobrecimento e aumento da vulnerabilidade das famílias realocadas.
- O Diagnóstico também afirma que “o pagamento das indenizações é uma **oportunidade para o reaquecimento do mercado imobiliário** de Maceió”. Aliás, este é o É o Diagnóstico das “oportunidades”, visto que a palavra “oportunidade” aparece 171 vezes (diagnóstico mais seu suplemento) enquanto a palavra dano apareceu por 11 vezes e “desastre” apenas 4.
- Enaltece o valor pago pelo aluguel social aos afetados quando diz que “o aluguel social da Braskem é superior ao aluguel social municipal”. Uma comparação absurda visto que o valor pago pela Braskem é insuficiente fazendo com que muitos dos afetados arquem do próprio bolso pra completar o aluguel, para além dos outros custos que surgiram na mudança drástica da dinâmica familiar.
- Afirma que a população tem feito a “opção” por morarem em bairros com valores de imóveis mais baratos. Ora, não é uma questão de opção uma vez que esta população ficou sem alternativas diante do valor irrisório e vergonhoso que a Braskem tem pagado pelos imóveis, não considerando a alta de preços do mercado imobiliário local.



O Diagnóstico afirma que as comunidades dos Flexais, Quebradas, Marquês de Abrantes e Vila Saem se encontram em “áreas habitáveis e seguras” (DIAGONAL, 2021, p. 358) e defendem a permanência das mesmas. Isso é aviltante, pois estas comunidades estão em isolamento socioeconômico e em total vulnerabilidade, tendo seus direitos violados sendo submetidas a viver num ambiente insalubre, inseguro e sem habitabilidade. Condições estas desumanas constatadas em todos os estudos realizados nestas comunidades. Ao que tudo indica pelas formas como as “escutas públicas” e a construção do Diagnóstico foram realizados, eles têm função de dar sustentação ao acordo celebrado entre a Braskem e poderes constituídos, ignorando a realidade dessas comunidades e negando os seus direitos a reparação integral.



Fonte: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/08/17/107695-flexais-comunidade-clama-por-realocacao>



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/03/12/sem-servicos-comunidades-ficam-isoladas-apos-maceio-criar-bairro-fantasma.htm>



Fonte: <https://082noticias.com/2023/03/19/caso-braskem-moradores-dos-flexais-sofrem-com-isolamento-e-assaltos/>

Pelo exposto, reforçamos que a participação da sociedade em processos de tomada de decisão que envolvam sua qualidade de vida é garantida de forma ampla por acordos e legislação nacional e internacional vigente, mas que não foi atendida, pelos processos já citados. Este documento crítico é apresentado como mais uma possibilidade de evidenciar essa lacuna. Ainda é preciso alertar que as tentativas de respostas da Diagonal, aos questionamentos feitos de forma oral nas “escutas públicas”, muitas vezes eram tergiversadas como se aqueles pudessem apenas encontrar respostas por meio de outros atores, como o Ministério Público, a Defesa Civil, a Prefeitura, ou a empresa Braskem, sendo que estes entes estavam ausentes das “escutas públicas”. Precisamos registrar a ausência generalizada nas escutas dos setores que deveriam zelar pela população, tais como representantes do judiciário, notadamente os Ministérios Públicos, bem como de praticamente todo o legislativo e executivo municipais e estadual e imprensa. Perdeu-se para estes a “oportunidade” – termo empregado mais de 200 vezes no diagnóstico – que a escuta verdadeiramente deveria representar: a de estabelecer propostas que de fato possibilitem equacionar a tragédia para construir cidade(s) e um estado melhor para se viver. Por esses órgãos serem “partes do acordo socioambiental” é preciso que saibam que é preciso rever as perguntas que não obtiveram respostas nas “escutas públicas”, bem como contemplar as que se encontram elencadas neste documento.

Segundo o próprio edital⁴ que organizou as “escutas públicas”, no capítulo III, das disposições finais, art. 8º, afirma-se: “Os casos omissos nos encaminhamentos posteriores às Escutas Públicas serão tratados pela Coordenação dos trabalhos de elaboração do Diagnóstico Técnico Participativo, ouvidas as partes do Acordo Socioambiental” (s/p). Nesse sentido, é relevante expor aos atores que integram as “partes do acordo”, que os pareceres aqui presentes apontam para as falhas e a consequente inépcia do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS. Portanto, é preciso que a sociedade civil organizada tenha acesso às informações faltantes no documento da Diagonal, tendo tempo hábil de analisar os dados empíricos que a empresa utilizou para emitir novos pareceres que possam ser considerados não apenas pela empresa, mas também pelo **Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais** (como previsto no termo de acordo socioambiental firmado na ação civil pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000), de modo que rejeitemos o Diagnóstico durante e após as ditas “escutas públicas”, visto que não se trata de material válido e legítimo, **pleiteando sua impugnação.**

⁴ Disponível em: <https://maisdialogos.com/documentos> Acesso em 11 de abril de 2023.

O grupo continua exigindo novos estudos, desta vez, com a efetiva participação da sociedade.

Reforçamos que é preciso existir a devolutiva em relação as críticas apontadas ao material produzido pela empresa e pelos órgãos públicos responsáveis pelo Acordo Socioambiental. Sustentam os argumentos do presente dossiê: os setores acadêmicos técnico-científicos; moradores e ex-moradores, artistas, ativistas, profissionais e pesquisadores diversos que evidenciam sua clara insatisfação com o andamento do referido processo. Estamos inseridos em entidades diversas da sociedade civil como MUVB, Associação dos Empreendedores do Bairro do Pinheiro, Instituto IDEAL, MAM, Cotidiano Fotográfico, OAB AL e acadêmicas, com representantes da FEAC, ICS e RELU da UFAL, GEALOGS UNB, PRODIC UNEAL e UFPE,

Principais aspectos apontados pelos pareceres:

Sobre os estudos construídos no âmbito do Diagnóstico:

- **Inconsistências metodológicas;**
- **Correlações e interpretações que induzem ao erro;**
- **Ausência de referenciais bibliográficas consistentes, atuais e que considerem os ambientes e sociabilidades locais;**
- **Ausência de dados sobre as populações de pescadores e marisqueiras na região;**
- **Ausência de dados empíricos que sustentem os argumentos do diagnóstico**

Sobre os impactos:

- **Subdimensionamento da área diretamente afetada e da população atingida pelo desastre;**
 - **Desconsideração dos impactos na “área da borda”;**
 - **Diminuição do real número de pessoas afetadas pela subsidência do solo**
 - **Invisibilização dos moradores que buscam a realocação**
 - **Diminuição dos impactos negativos sobre os efeitos da subsidência do solo no ambiente lacunar, nas sociabilidades e na economia associadas;**
 - **Negligência na exposição dos dados sobre a área de risco. Não há um mapeamento de risco considerando novos dados da subsidência do solo, principalmente na atual “área da borda”, ou seja, aquela área considerada como NF2 pelo diagnóstico.**
- O diagnóstico apresenta falsas soluções, seus instrumentos tecnocientíficos funcionam como distrações das reais necessidades das famílias afetadas e das que ainda se encontram na condição de invisibilizadas.**

2- Metodologia e Processo de Trabalho

Juliane Veríssimo
Camila Prates

Objetiva-se aqui investigar a relação entre linguagem e ideologia, contido no documento produzido pela empresa Diagonal em junho de 2021 e apresentado durante as “escutas públicas”, denominado Plano de Ações Sociourbanísticas - Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS, a partir da análise discurso materialista e junto a isto analisar o conflito existente a partir das contribuições de Simmel (1983) para a Sociologia do conflito.

Aspectos abordados:

1. Utilização de termos que beneficiam a empresa Braskem em detrimento da verdade.
2. Utilização de termos que sugerem uma inexistência de conflito.

Exposição das inconsistências:

2.1 Utilização de termos que beneficiam a empresa Braskem em detrimento da verdade

O diagnóstico realizado pela empresa Diagonal já nasce com vícios, uma vez que em seu primeiro parágrafo apresenta a seguinte frase: “O Termo de Acordo que gerou o presente trabalho tem origem no evento geológico identificado em 2018 em Maceió-AL.” (DIAGONAL, 2021, p.29), a afirmação contradiz a base científica que já atestou a relação direta da subsidência com extração de sal-gema realizada pela empresa Braskem, vide relatório elaborado pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais- CPRM:

“a correlação entre zonas de falha com direção NNW-SSE que ocorrem nos bairros do Mutange e Bebedouro e a localização das minas de sal indicam que o processo de extração interferiu diretamente na trama estrutural da região e favoreceu a reativação neotectônica dessas estruturas produzindo a subsidência observada nos dados de interferometria; (BRASIL, 2019, p. 25)

A conclusão do referido laudo é clara:

Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL (BRASIL, 2019, p. 39)

Não se tratando, portanto, de fenômeno geológico conforme consta no laudo oficial do CPRM e também na literatura especializada. Logo, o Diagnóstico não mobiliza referências adequadas para tratar do desastre, contaminando toda a análise dos dados. Referências atuais sobre o tema, como no relatório intitulado “Proteção aos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres” (UFSC, 2014) estão expostas as formas como devem ser tratados os grupos sociais em situação de desastres ambientais ⁵para dar ênfase em algumas questões envolvendo desastres, quais sejam:

- Mesmo os eventos naturais, como os eventos geológicos, quando acontecem em um contexto de mineração como o caso em tela, não são considerados meros “eventos naturais”, porque têm sua intensidade aumentada pela transformação antrópica do ambiente, logo, são considerados desastres ambientais (UFSC, 2014; CÁRITAS, 2022).
- Assim, como o desastre, seus efeitos são também dependentes das relações ambientais, sociais, econômicas, industriais e de transformações tecnocientíficas, historicamente estabelecidas naquele local.
- Os desastres não afetam a todos da mesma maneira, logo, é preciso entender que as vulnerabilidades socioambientais e os riscos socioambientais são distribuídos de formas distintas. Sendo necessário compreender o desastre ambiental dentro do Paradigma da Vulnerabilidade (ÁVILA; MATTEDI, 2015) para compreender como a distribuição desigual dos riscos seguem operando mesmo após o desastre acontecer.
- São afetados por desastre qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por ele, como os feridos, desalojados, desabrigados, pessoas que perderam sua fonte de renda, as pessoas que vivem em situação de isolamento social.
- Há ainda uma série de problemas levantados pelo relatório em tela alertando para a falta de transparência e de informações sobre o desastre e também **sobre o risco de novos desastres**, problemas gerados pelos realocamentos compulsórios, o pagamento de indenizações insuficientes, inflações dos imóveis nas áreas não atingidas pelo desastre, inexistência de políticas de enfrentamento aos desastres e das situações que dela decorrem.

Essas questões foram pontuadas em conjunto para elucidar o caráter integrado dos problemas epistêmicos, metodológicos e políticos que envolve as situações de desastre e o consequente aprofundamento dos impactos sinérgicos ocasionado pela continuidade desses problemas após o evento ter modificado toda a dinâmica ambiental da região. Alerta-se, contudo, que a interpretação do diagnóstico não coaduna com a da literatura especializada (VALENCIO et.al, 2009; COUTINHO, 2022; SANTOS, 2020; TEIXEIRA, 2019, FGV, 2019), uma vez que o diagnóstico não mobiliza as referências bibliográficas que são largamente utilizadas pelas ciências na área dos desastres, nem as referências construídas pelos pesquisadores da região, como (OLIVEIRA, 2021).

⁵ O relatório é baseado no documento intitulado “Diretrizes Operacionais do Comitê Permanente entre Organismos (IASC) sobre a proteção dos direitos humanos em situações de desastres naturais” (UFSC, 2014, p.45).

A todo momento no diagnóstico, somos levados a entender que se trata de um fenômeno de subsidência ou evento geológico, numa espécie de suavização dos termos. Em muitos momentos tem-se a sensação de que o documento que elaboram é uma propaganda sobre a “colaboração” da Braskem para a construção de uma cidade melhor, quando na verdade ele faz parte de uma obrigação de reparação, ainda que mínima, dos danos provocados pela atuação irresponsável da empresa em Maceió.

Os estudos linguísticos comprovam o que é sentido pelos atingidos, que nas oportunidades de escuta pública mencionam a linguagem inadequada utilizada no documento. Segundo Nascimento e Sobrinho (2022):

“A “comunicação” da Braskem S.A. cria um saber discursivo para “não comunicar”; trata-se, pois, de um modo de significar a cidade e os sujeitos silenciando outros sentidos possíveis. Esses discursos fazem circular sentidos como se houvesse uma ausência de conflitos entre a empresa Braskem S.A. e as comunidades atingidas, atribuindo uma causalidade “natural” (geológica) à origem dos eventos responsáveis pelo êxodo urbano produzido pelo afundamento do solo”. (NASCIMENTO; SOBRINHO, 2022, p.7)

Apesar de se colocar como empresa independente, a Diagonal utiliza as mesmas estratégias adotadas pela Braskem ao longo do tempo. Nosso esforço interpretativo enquanto cientistas, coloca em evidência algo já percebido pela população atingida em geral, sendo paga pela Braskem para realizar o diagnóstico, a Diagonal não é independente como se autointitula pois:

“As condições de produção dizem respeito à exterioridade constitutiva do discurso. Conforme Orlandi (2006), as condições de produção podem ser pensadas em seu sentido estrito e em sentido lato, ou seja, no contexto imediato no qual estão imersas as enunciações (a situação), e num contexto mais amplo, de caráter sócio-histórico, com que a situação imediata está sempre relacionada” (NASCIMENTO; SOBRINHO, 2022, p.8)

Há uma ocultação de dados, uma forma de interpelar os interlocutores e de atribuir sentidos que beneficia a empresa Braskem, em análise realizada por Nascimento e Sobrinho (2022), sobre os sentidos da comunicação realizada pela empresa identificamos o mesmo *modus operandi*:

“(…)podemos entender a presença da contradição nessas enunciações, uma vez que elas disputam sentidos junto a outros discursos que buscam evidenciar o caráter predatório desse tipo de extrativismo, associado à corrida desenfreada pelo lucro, a despeito dos interesses mais amplos da cidade”.(NASCIMENTO; SOBRINHO, 2022, p. 16)

Entende-se que a escolha dos termos utilizados precisam seguir os fatos concretos em benefício da veracidade da informação prestada, do contrário todo o documento é inválido, pois suas bases apresentam problemas estruturais.

2.2 Utilização de termos que sugerem uma inexistência de conflito.

Outro ponto importante, ainda no campo da linguagem verbal apresentada, refere-se aos termos para denominação das áreas focadas no diagnóstico, o primeiro surge na página 33, onde a inscrição *área anfitriã* aparece em referência às que tem sido o destino dos expulsos compulsoriamente em virtude da mineração desastrosa.

Denomina-se anfitrião o dono da casa que recebe convidados, o que não é o caso de bairros como o Benedito Bentes, uma vez que os deslocamentos aconteceram em condições alheias a vontade dos moradores, além do que, os novos bairros desses moradores não contam com a estrutura necessária para atender tanta gente, são postos de saúde e escolas, por exemplo, que já não atendiam a demanda local antes das remoções.

Vários sentidos desse acontecimento traumático são excluídos ou minimizados com a escolha destes termos e não é em benefício da parte lesada, mas sim, mais uma vez, da imagem da empresa Braskem. Segundo Orlandi (1995) “todo processo de produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria” (ORLANDI, 1995, p. 35), e considerar isso faz toda diferença ao analisar um documento tão importante como o referido Diagnóstico.

Utilizar a frase: “Identificar oportunidades de compensar as alterações mapeadas” (DIAGONAL, 2021, p.33) também é problemático, uma vez que não se trata de uma oportunidade, é preciso apresentar com clareza que se trata de uma obrigação, pois o documento do diagnóstico não deve funcionar como uma publicidade da Braskem. Só na seção destinada à metodologia o termo oportunidade aparece 11 (onze) vezes. O conflito é parte importante e considerá-lo é fundamental para entender a realidade vivenciada pelos moradores, a existência do conflito proporcionou a elaboração do diagnóstico, “O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes” (SIMMEL, 1983, p.122), desconsiderar a existência dele é mais uma vez não retratar com imparcialidade o tema estudado.

Sobre o processo participativo com a população envolvida, a Diagonal alega “assegurar o diálogo e a participação da população na elaboração do Diagnóstico e das propostas que compõem o PAS. A estratégia de participação adotada abrange tanto entrevistas em profundidade, presenciais, com atores estratégicos, quanto atividades participativas virtuais e presenciais, para apresentar, debater, validar ou pactuar prioridades e propostas.” (DIAGONAL, 2021, p.34).

Entretanto, “nas escutas públicas” os questionamentos sobre as escolhas metodológicas para selecionar os participantes das “entrevistas em profundidade”, e dos grupos focais, não foram disponibilizados.

Nesse sentido, questionamos:

- i) Se o diagnóstico não demonstra os referenciais teóricos e metodológicos que mobiliza, como o documento pode ser válido?
- ii) Em quais grupos sociais as entrevistas foram aplicadas?
- iii) Quais os atores sociais, lideranças dos bairros, grupos sociais participaram dos grupos focais?
- iv) Ainda é relevante ressaltar que figuram como resultado desses grupos focais a demanda para a realocação dos bairros que estão sob pressão ainda hoje dos efeitos negativos de desastre da Braskem, nesse sentido, porque a demanda pela realocação foi ignorada?
- v) Por que há ausência de um diagnóstico do cenário de risco que abranja as áreas circunvizinhas aos bairros já esvaziados, uma vez que, segundo os estudos nos locais (ver anexo 4) já está constatado que os moradores se sentem inseguros?
- vi) O estudo aponta que realizou a construção de uma “perspectiva comum” para a mitigação dos efeitos do desastre, mas como essa afirmação é viável, sem mostrar as escolhas metodológicas que levaram à essa perspectiva?
- vii) Qual a metodologia aplicada para a delimitação dos núcleos focais, como a NF1, NF2, NF3 e NF4 evoluem de acordo com as poligonais da área de risco? Como essa evolução não é prevista no diagnóstico, prevendo novas áreas de desocupação?

Considerações finais

Diante da omissão de termos e utilização de outros em desfavor da realidade, entende-se que o relatório não cumpre o papel que deveria desempenhar, inclusive gera dúvidas quanto à isenção da empresa contratada, atestada ao MPF.

É preciso reforçar que sem as complementações e respostas a nossos questionamentos o documento produzido pela empresa torna-se apenas um recurso de validação que não encontra respaldo nos estudos técnicos, científicos, nem das pessoas presentes nas “escutas públicas”.

Referências

ÁVILA, M; MATTEDI, M. AS DIMENSÕES POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DE DESASTRES: O CASO DO TERRITÓRIO DO VALE DO ITAJAÍ/SC. Globalização em Tempos Regionalização Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, 2015.

COUTINHO, Elenice. A PRODUÇÃO DE DESASTRES DA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS: A BARRAGEM DE FUNDÃO E A CONTAMINAÇÃO DE PAISAGENS. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2022.

BRASIL. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL: relatório síntese dos resultados nº 1. Brasília, 2019, vol. 1

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Acordo para extinguir a ação civil pública socioambiental processo 080.6577-74.2016.4.8000, Alagoas, 2020.

GONDIM, S. M. G. 2003. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Revista Paidéia, 12(24): 149-161. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004>

CÁRITAS. Atingidas e atingidos pelo rompimento de barragens de mineração em Mariana e Brumadinho e organizações da sociedade civil Submissão conjunta Revisão Periódica Universal para a 41ª sessão 31 de março de 2022.

CEPAL. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43611/S1800493_pt.pdf

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce / Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo : FGV, 2019.

NASCIMENTO, Paulo dos Santos; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL In: RUA [online]. Volume 28, número 1 – p. 05-25 – e-ISSN 2179-9911 – junho/2022. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

OLIVEIRA, Adriana Thiara. Relatório de impactos socioambientais da mineração de Salgema nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Mutange em Maceió/AL / Adriana Thiara Oliveira ... [et al.]. –Maceió : [A. T. de O. Silva], 2021.

PÁTARO, R F; CALSA, G C. Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: a questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização. Ciências Sociais Unisinos 56(1):1-12, janeiro/abril 2020 Unisinos.

SANTOS, Marcela Alves de Lima; SOL, Núncio Antônio Araújo; MODENA, Celina Maria. “Território e desterritorialização: O sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração”. Rio de Janeiro. Saúde Debate. 2020.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In. Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. “A Lama e suas Marcas:Neoextrativismo e seus Efeitos em um Contexto de Desastre”. In: Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Proteção aos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres / Janaína Rocha Furtado; Marcela Souza Silva, organizadoras. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2014.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victo; GONÇALVES, Juliamo. Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil / organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos : RiMa Editora, 2009.

VIEIRA, Maria do Carmo. “Daqui só saio pó”. Conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: EDUFAL, 1997.

3- Eixo 1: Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades

Juliane Veríssimo
Camila Prates
Rikartiany Cardoso

Tópico abordados: Políticas sociais e redução de Vulnerabilidades

1. Falta de estudos sobre a vulnerabilização na população removida forçosamente e na população que ainda reside nos bairros das “bordas” da NF1: inexistência dos dados sobre a população que residia no Mutange.
2. Expor a falta de estudos no diagnóstico que demonstre a desigualdade do desastre na vulnerabilização das mulheres.

Metodologia: Análise duas ausências do eixo 1 do diagnóstico apresentado pela Diagonal: as condições em que as pessoas são colocadas na condição de vulnerabilizadas, dando ênfase na situação do bairro Mutange, uma vez que foram removidos e que não se tem um diagnóstico sobre o impacto da remoção forçada que sofreram. Além disso, busca mais dados sobre o impacto na vida das mulheres atingidas.

Está análise estará apoiada na abordagem crítica de conflitos ambientais, nos estudos sobre justiça e injustiça ambiental, além das pesquisas mais recentes sobre Desastres no Brasil, que levantam os impactos de remoções forçadas na vida da população e de forma específica, na vida das mulheres.

Exposição das inconsistências

O referido eixo é composto pelo diagnóstico sobre as políticas sociais e temas relativos à assistência social, educação, saúde, públicos prioritários e segurança pública. Aqui, reforçamos a ausência de tratamento dos dados em relação ao Paradigma da Vulnerabilidade (ÁVILA; MATEDDI, 2015). A vulnerabilidade aos desastres está estreitamente relacionada a aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, advertindo que os desastres não são naturais uma vez que perpassam pelas interferências humanas. São vulnerabilidades sociais que são potencializadas em decorrência da negação de políticas sociais em um contexto de desastres socioambientais. Tal contexto, não só é negado, mas como é maquiado no diagnóstico apresentado pela Diagonal, colocando o desastre como um fenômeno\evento e suas consequências como oportunidades, e não como violações de direitos humanos;

Outro aspecto tratado de modo irresponsável é a suposta produção de riscos das áreas, em suas diversas facetas, como saúde, educação, trabalho e moradia, como algo totalmente preexistente. Na verdade, todo lugar tem a sua história e muitos deles são rapidamente ocupados por facilitarem o acesso aos bens e serviços, o deslocamento ao emprego e ao centro da cidade. Outras áreas foram ocupadas por famílias que ali residem há décadas e para as quais é difícil pensar a vida em outro local da cidade.

A resistência das pessoas em sair das áreas impactadas, seja pela ligação socioafetiva, seja pela injusta reparação não considerou a participação local de seus moradores, indica, no mínimo, que o espaço urbano não é homogêneo, de iguais condições, mas um espaço de tensões, enfrentamentos e disputas. Nesse sentido, a distribuição do risco

nos diferentes espaços urbanos e seus moradores está mais profundamente relacionada aos processos desiguais de produção desse espaço e dos meios de vida e de bem viver. Da mesma forma como são diferentes, também, as condições de enfrentar os eventos adversos e de reconstruir a vida após o desastre nas diferentes esferas sociais.

No eixo supramencionado, toda a percepção de vulnerabilidades, negação\violação de direitos é interligada a um contexto preestabelecido, o que não condiz com a realidade posta, tendo em vista que o contexto de violações foi potencializado e incrementado com novas afetações negativas; O eixo possui infundada referencialmente científico, bem como indicação de responsáveis incompleta, ferindo o direito à informação devida, fundamentada e pública. Além disso, trata o desastre como um evento que “altera as condições de vida da população que atinge, mas que mesmo assim é “possível e necessária a busca pelo reconhecimento de oportunidades” (DIAGONAL, 2021, p.171).

O diagnóstico incorre em erro quando:

- Na página 118, há informações desatualizadas em relação ao atendimento assistencial que era realizado pelo CRAS em Bebedouro. No texto consta que o CRAS está funcionando no bairro, mas na realidade essa unidade também foi realocada devido ao afundamento do solo da região.



Fonte: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semas/cras-deixa-o-bairro-de-bebedouro-por-questoes-de-seguranca-e-servicos-sao-remanejados>

A SEMAS declarou em nota à imprensa que o Cras de Bebedouro estava em um ilhamento e que a operação no local colocava em risco tanto os usuários como os seus colaboradores. Da mesma forma que está apresentado no estudo realizado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB (ver anexo 4). A realocação do Cras de Bebedouro dificultou ainda mais o acesso a assistência social dessa população em isolamento socioeconômico que teve se deslocar pra outras unidades para receber atendimento. Diante dessa situação de

vulnerabilidade, com a supressão de todos os serviços básicos da região, inclusive o CRAS, como a Diagonal pode defender em seu diagnóstico a permanência da população dos Flexais, Quebradas e Marquês de Abrantes na região, já que convivem com o risco eminente?

- Nas páginas 132 e 133 há informações desatualizadas em relação ao diagnóstico educacional. Todas as escolas municipais e estaduais foram realocadas no chamado núcleo focal 1. E até mesmo a Escola Estadual Cincinato Pinto não funciona mais no Bom Parto ela está funcionando há mais de um ano no bairro do Farol na Rua Manoel Maia Nobre.

- Várias informações sobre o diagnóstico educacional estão desatualizadas, por tanto este documento não representa a realidade. Pelo que consta no Diagnóstico podemos observar que os técnicos reduziram seu estudo a consultas de documentos das secretarias de educação do Estado e do Município ainda no período inicial de realocação das escolas. Para mais informações sobre dados atualizados e que não foram apontados no diagnóstico, é possível ver no sítio eletrônico:

(<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1cN5WcTrP7Wpazei119lqU9p1SZ4qWmA&ll=-9.655682463896238%2C-35.748618254309726&z=13>)

Pelo exposto, é possível afirmar que o eixo apresenta uma base de dados precária e uma escrita desconexa em muitos pontos, que direcionam para generalizações equivocadas, pois a empresa não consegue explicitar e justificar o método empregado. Os dados sobre as carências vivenciadas no setor da educação nos últimos 5 anos são apenas citados como “Escolas em situação de instabilidade e vivenciando realocações sucessivas em função da dificuldade de encontrar imóveis apropriados (houve entrevistas com gestores que mencionaram que a unidade passou pela terceira instalação provisória, a exemplo da EM Padre Brandão Lima” (DIAGONAL, 2021, p.170). Não há qualquer caracterização dos problemas vivenciados nos últimos 5 anos, com dados dos efeitos negativos, e com um diagnóstico propositivo com base neles. Há apenas a menção dos problemas, como na passagem acima citada.

Pelo exposto, questionamos:

Como foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas crianças em idade escolar? Como elas ingressam no Diagnóstico? Entende-se que é fundamental conhecer a realidade da situação escolar por meio deles também.

Reforçamos que questões primordiais para a cidade são deixadas de fora, como a perda de direitos caracterizando o impacto sofrido pela população dos estudantes, das crianças idosos, pessoas com deficiência, forçadamente removida que foi para outros bairros e cidades, ou dos territórios limítrofes à região afetada. Além disso, é preciso compreender que as áreas de borda, ou seja, as áreas em “ilhamento” socioeconômico, tais como os Flexais são tergiversadas no documento.

Como é possível que o diagnóstico fale sobre redução da vulnerabilidade social como forma de compensar o desastre se não foi apresentado um diagnóstico que seja fiel às realidades vivenciadas?

Como a falta dos aparatos sociais (escolas, postos de saúde, transporte, etc) já estão prejudicando os moradores que estão nas áreas que o Diagnóstico considera NF2? Qual a ligação da falta desses aparatos sociais com a vontade geral de realocação nesses bairros?

3.1. A atualização da condição de vulnerabilização: inexistência dos dados sobre a vulnerabilidade racial e econômica da população

O Mutange, Bom Parto e Bebedouro constituem a área atingida mais vulnerável, os dados do Censo 2010 do IBGE são claros quanto a isso. A nota de rodapé número 13 nos ajuda a entender a fragilidade do estudo sobre o mapeamento dessas vulnerabilidades: "50% dos imóveis de uso residencial e 80% de uso misto. Pela urgência do processo de realocação na primeira fase, a pesquisa na área do Mutange foi realizada em menor proporção. Por essa razão, os resultados sobre essa área serão apresentados somente quando representativos." (DIAGONAL, 2021, p.75).

Nos contextos de injustiça ambiental, a relação entre vulnerabilidade e remoção forçada fica mais evidente e o caso do Mutange nos exemplifica bem a questão: foram os mais expostos ao risco e os primeiros a serem removidos forçadamente sem direito a uma pesquisa pré-realocação, como sublinha o próprio diagnóstico.

Robert Bullard pontua que a Justiça ambiental é caracterizada pela:

“busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (apud ACELRAD, et.al., 2004, p. 9).

O caso em tela, que não exauri a forma desigual como os diferentes grupos sociais tem sido tratados quando da imposição da remoção, nos diferentes bairros atingidos. O exemplo do bairro Mutange pretende apenas demonstrar que o Diagnóstico da empresa diagonal opera no sentido de reforçar as injustiças socioambientais e o racismo socioambiental quando exclui essas importantes variáveis da vulnerabilidade de seus dados e resultados de seus estudos. Já que se sabe que “grupos racializados sofrem desproporcionalmente os custos sociais de maneira geral.” (SILVA, p.105).

Nesse contexto, questionamos:

Como a Diagonal fez o mapeamento desses grupos vulneráveis?

Quais são e onde estão os grupos vulneráveis apontados pelo diagnóstico?

Quais são as medidas mitigadoras para as diferentes escalas de vulnerabilidades (sociais, ambientais, de gênero, entre outros) que os grupos vivenciaram?

Como a metodologia participativa utilizada pela Diagonal ajudou a selecionar esses grupos vulneráveis? Quais são as políticas a eles direcionadas?

3.2. A análise por gênero e raça para mapear as condições das vulnerabilidades, onde estão?

Estudos independentes sobre os impactos do rompimento da barragem de Brumadinho são categóricos sobre o peso deles na vida das mulheres atingidas: "as mudanças em seus modos de vida, casa, comunidade, são sentidas com mais intensidade. Há aumento da sobrecarga do trabalho doméstico, aumento de adoecimento emocional, diminuição na renda, perda na qualidade alimentar, dentre outros". (Boletim produzido pelo Núcleo de assessoria às comunidades atingidas por barragens, 2022)

Nada disso consta no relatório, esse apagamento contribui numa atualização da vulnerabilização das mulheres que fomentam uma cadeia de prejuízos para a infância e para os idosos, uma vez que os processos de cuidados são assumidos em sua maioria por mulheres:

"Os estudos econômicos e sociais costumam esquecer esse componente subjetivo das necessidades humanas, coberto usualmente desde o lar. Esquecimento pouco inocente, já que oculta um conflito de interesses: os diferentes espaços, trabalhos e atividades que fazem parte dos processos de vida é reprodução não desfrutam do mesmo reconhecimento social. Historicamente, os sistemas socioeconômicos tem dependido da esfera doméstica; tem mantido uma determinada estrutura familiar que lhes permita garantir a necessária oferta de força de trabalho por meio do trabalho das mulheres." (CARRASCO, 2003, p.16 e 17)

Não há análises sobre como as formas de sociabilidades (relações econômicas, de vizinhança, laços de parentalidade, laços de afetividade ao bairro) foram afetadas nos bairros realocados forçosamente. Quando essas análises serão disponibilizadas?

É preciso compreender como os diferentes grupos sociais afetados pelo desastre estão para entender quais políticas serão a eles ofertadas. São pescadores, são marisqueiras, trabalhadores formais, informais? Quantas crianças? Idosos?

É preciso reforçar que tampouco o diagnóstico oferece análises sobre como o desastre segue operando modificações nas relações sociais dos bairros que estão na NF2, ou seja, na "área da borda". Assim, quais são os diferentes grupos sociais afetados pelo desastre e que ainda sofrendo com os impactos prolongados pelo isolamento social nos bairros localizados na NF2?

São pescadores, são marisqueiras, trabalhadores formais, informais? Quantas crianças? Idosos? O que demandam? Como o diagnóstico lê as situações de vulnerabilidades nas quais eles se encontram?

Considerações finais

Na discussão do Eixo 1, a necessidade do caráter interseccional da abordagem do diagnóstico foi levantada pela professora Regina Dulce, nas "escutas públicas" o que reitera-se aqui. As mulheres e as alterações nos seus modos de vida e produção de existência não aparecem no documento, assim como a apresentação básica sobre quem são os removidos

em pior situação, a condição da remoção dos moradores do Mutange, o impacto da remoção dessa população feita a toque de caixa, não constam no diagnóstico. O referido Diagnóstico carece de maior robustez tanto de dados como de metodologia.

Referências

ACELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto, Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Naler; NOBRE, Miriam. Produção do viver. Cadernos SOF, São Paulo, p. 11-49, 2003.

Boletim produzido pela Assessoria de Comunicação, com apoio da Assessoria às Mulheres e Juventudes, e de grupos de mulheres e interseccionalidades da ATI Paraopeba Nacab. Disponível em: <https://nacab-org-br.webpkgcache.com/doc/-/s/nacab.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Boletim-Mobilizacao-06-Ser-mulher-atingida.pdf> . Acesso em 11 de abril de 2023

Perfil das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da Vale S/A - R1. disponível em: https://aedasmq.org/wp-content/uploads/2023/02/20230206_AEDAS_PAR_R2_RELATORIO_PERFIL-DAS-MULHERES-ATINGIDAS_reduzido.pdf. Acesso em 11 de abril de 2023

SILVA, Lays Helena Paes. "Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro", e-cadernos ces, n. 17, 2012.

O objetivo deste documento é realizar alguns apontamentos sobre as fragilidades observadas no Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS, não busca desqualificar o trabalho realizado pela empresa, porém pressupõe que variáveis e pressupostos relevantes não foram considerados para a construção do documento o que pode ter acarretado uma série de distorções como listadas a seguir:

Na página 293- No que tange à metodologia adotada no diagnóstico:

“A metodologia de trabalho adotada para elaboração da primeira parte deste capítulo englobou as seguintes estratégias: coleta de dados secundários em diversas fontes; visita a campo de 2 a 4 de agosto de 2021, que permitiu conhecer melhor a realidade das famílias e dos negócios atingidos pelo evento da subsidiária, ao visualizar os trajetos urbanísticos dos bairros do NF1 e NF2 e visitar o NF3 para identificar potencialidades e limitações ao receber mais famílias e negócios; e entrevistas com representantes de instituições que atuam como atores no processo, cujo objetivo principal foi obter dados e estudos desenvolvidos sobre o tema estudado. Além disso, um questionário foi aplicado junto a cada representante institucional para possibilitar o desenvolvimento de uma análise qualitativa a partir da percepção dos atores envolvidos no processo. Foram realizadas, ainda, pesquisas em dados públicos para obtenção de informações acerca da economia de Maceió, abrangendo, assim, a análise do NF4. (DIAGONAL, 2021, p.295).

Quanto à metodologia adotada, o documento não apresenta em detalhes como foi feita a seleção dos entrevistados, composição e representatividade da amostra, técnicas qualitativas adotadas, etc. Outro ponto relevante é que as entrevistas precisam de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP⁶), como pode ser visto:

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;

II - DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

II.25) ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser participantes de pesquisa quando a

⁶ Mais informações estão disponíveis em: [https://ufal.br/ufal/pesquisa-e-inovacao/etica/pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20de%20%C3%89tica%20em,de%20padr%C3%B5es%20%C3%A9ticos%20\(cap%C3%ADtulo%20VII.](https://ufal.br/ufal/pesquisa-e-inovacao/etica/pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20de%20%C3%89tica%20em,de%20padr%C3%B5es%20%C3%A9ticos%20(cap%C3%ADtulo%20VII.)

informação desejada possa ser obtida por meio de participantes com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios aos indivíduos ou grupos vulneráveis;

Alguns dos entrevistados estão sob condição de vulnerabilidade, logo o diagnóstico precisa informar o número de aprovação no CEP. A ausência dessas informações gera várias fragilidades na amostragem e confiabilidade que inviabilizaria algumas discussões presentes no documento.

O estudo não utiliza uma amostragem probabilística, porém utilizou-se de uma amostragem por conveniência? Para Churchill (1998) o problema de amostras por conveniência é que não há como saber se todas as pessoas incluídas na amostra são representativas da população, ou seja, a escolha da amostra pode gerar um viés de confirmação dos dados que o diagnóstico queira apresentar ou induzir (Churchill, 1998, p. 300 tradução livre).

Logo, visto que não houve aleatoriedade na escolha, pode ter existido o viés de seleção. Este ocorre quando há uma diferença sistemática entre os indivíduos selecionados para os grupos de exposição (coorte) ou desfecho (caso-controle) e para o controle, ou, ainda, se essas diferenças estiverem relacionadas a quem participa e quem não participa do estudo, podendo afetar a comparabilidade entre os grupos e a generalização, respectivamente (SONG & CHUNG, 2010; LIMA-COSTA & SANDHI, 2003; MEDRONHO, CARVALHO & LUIZ, 2006).

Outro problema está no viés de amostragem, quando alguns indivíduos na população-alvo têm maior probabilidade de ser selecionados para inclusão do que outros, por exemplo, ao solicitar voluntários, pode ocorrer que aqueles que se voluntariam sejam os mais preocupados com sua saúde ou tenham características diferentes da população em geral, o que leva à impossibilidade de generalização dos resultados do estudo. (SONG & CHUNG, 2010; LIMA-COSTA & SANDHI, 2003; MEDRONHO, CARVALHO & LUIZ, 2006). Ou o chamado viés de associação, quando as pessoas que escolhem ser membros de um grupo podem diferir em aspectos importantes dos outros (GRIMES, 2021).

Para Góes, Luz e Possa (2004) “Uma amostragem mal conduzida pode resultar em prejuízos vultosos ou em distorções de resultados com consequências técnicas imprevisíveis” (LUZ; POSSA, 2004, p. 19). Visto isso, o diagnóstico precisa deixar claro os procedimentos metodológicos adotados.

Além das falhas metodológicas, que enfraquecem os argumentos apresentados pela Diagonal, em outras passagens do documento verifica-se algumas inconsistências nos dados e instrumentos utilizados para as inferências, como as listadas a seguir:

Na página 296: A Diagonal cita uma série de limitações para a realização do diagnóstico, como pode ser citado:

“Ausência de dados públicos setorializados e disponíveis, o que, entretanto, não impediu o desenvolvimento de um diagnóstico

adequado aos propósitos do PAS”. Em alguns momentos, os entrevistados afirmaram que fariam os levantamentos, mas os mesmos não foram disponibilizados à Diagonal no prazo dos levantamentos. Ao mesmo tempo, órgãos oficiais de estatísticas não disponibilizam dados para Maceió por bairros e dados agregados são apresentados somente até 2018, o que não permite a identificação da evolução de eventuais efeitos da subsidência, assim como da pandemia de covid-19, sobre as áreas afetadas e sobre Maceió. Tais limitações foram supridas por meio da adoção de procedimentos metodológicos voltados à coleta de dados qualitativos, como entrevistas em profundidade, análise das entrevistas realizadas no Processo Participativo, além das visitas técnicas”. (DIAGONAL, 2021, p.296).

Quanto aos instrumentos utilizados na metodologia alguns pontos merecem destaque:

O diagnóstico informa que para suprir essa ausência de dados secundários buscou-se realizar entrevistas com alguns especialistas, afetados e impactos. Entretanto, não especifica como esses foram selecionados, quantos foram entrevistados e se esse universo é representativo da população.

“A mesma informação sobre o potencial da área foi dada por quatro empreendedores imobiliários entrevistados, membros da ADEMI e Sinduscon” (DIAGONAL, 2021, p.309).

Apenas 04 pessoas confirmaram essa informação, não se colocando o perfil dos entrevistados para garantir que a informação foi passada por especialistas. Tampouco, o documento informa se foi utilizada a técnica bola de neve para coleta desses dados. **Será que um número maior de respondentes não seria necessário para confirmar tal informação?**

Entende-se que a pesquisa buscou analisar os dados de forma qualitativa, entretanto para os objetivos a que se destina esse Eixo seria fundamental uma pesquisa quantitativa para conhecer a realidade dos afetados (borda e 5 bairros)

O diagnóstico não apresenta o roteiro das entrevistas, não informa se as mesmas passaram pelo CEP, ou seja, o processo metodológico apresenta fragilidades. Com isso, as entrevistas aparenta opiniões dos entrevistados sem se basear em dados que corroborem para tais afirmações:

Exemplo: “Segundo informações obtidas nas entrevistas com entidades e moradores, há relatos de que a realocação das famílias para bairros dispersos trouxe impactos nos pequenos negócios. Representantes de comerciantes do entorno afirmam que houve perda de clientela local pela mudança. Já nos bairros de destino, afirmam que se tornaram estranhos nos novos locais. Essas informações são de difícil mensuração pela ausência de dados públicos e pela informalidade existente na área”. (DIAGONAL, 2021, p.299)

Analisando os relatos observa que alguns pontos poderiam ser identificados através de uma pesquisa exploratória com dados primários, que pelo tempo em que o

diagnóstico foi elaborado e pela disponibilidade de recursos disponíveis pela empresa Diagonal seria possível realizar uma pesquisa quantitativa com uma amostra dos afetados.

Com uma amostra, utilizando uma abordagem diferente da utilizada, seria possível identificar a perda de lucratividade desses comerciantes, % do número de clientes perdidos, desempenho financeiro da empresa após o desastre. Com tais dados coletados seria possível fazer uma comparação de desempenho com outras empresas do município e verificar essas relações que não puderam ser capturadas com esse diagnóstico.

O diagnóstico apresenta nas páginas 295 e 296:

“...Dados sobre o perfil do empreendedor das regiões afetadas foram solicitados ao Banco do Nordeste (BNB), mais especificamente, para o programa de microcrédito Crediamigo, que tem uma agência situada no Farol e que dispõe do histórico de atendimento de empreendedores nos três NF, mas também não foram disponibilizados”. (DIAGONAL, 2021, pgs 295 e 296)

Em vários outros momentos do diagnóstico, segundo as figuras apresentadas na escuta e que não consta no diagnóstico, é possível verificar que a diagonal teve acesso aos impactados, ou seja, dados primários poderiam ter sido produzidos.

Mesmo que a empresa não tivesse acesso a todos os empresários afetados, poderia ter sido realizada uma amostra para verificar o impacto econômico sofrido por essa população.

Na página 297:

“Por outro lado, Maceió recebeu uma injeção em sua economia, de forma bastante pulverizada, do montante de R\$ 1,6 bilhão já pagos pela Braskem, até o momento desse estudo, em indenização aos moradores, comerciantes e entidades, gastos com advogados, avaliadores, corretores, empresas de mudança, segurança, manutenção das vias, demolições e tamponamento. Certamente esses recursos impactaram, além de o mercado imobiliário formal e informal, a área de serviços e comércio, com adaptações aos novos imóveis (reformas, mobiliário, serviços).” (DIAGONAL, 2021, p. 297)

Já na página 298: “Os efeitos das restrições de mobilidade impostas à atividade econômica em 2020 e parte de 2021 são evidentes na trajetória da economia de Maceió. De fato, estima-se que, mesmo em 2021, a economia municipal ainda estará cerca de 20% abaixo do fluxo de produção de 2019. Tais efeitos não são específicos de Maceió.” (DIAGONAL, 2021, p.298).

Esse trecho do diagnóstico afirma que o município recebeu uma injeção de recursos, entretanto quando faz uma projeção do PIB o documento mostra que os efeitos não são específicos de Maceió. Entretanto, **visto que o município recebeu essa injeção de valor e mesmo assim o comportamento da economia foi similar ao de outros municípios, não poderia afirmar que o impacto foi então pior em Maceió, visto que nas outras localidades não recebeu tais recursos?**

4.1 Economia, Emprego e Renda

Nesse aspecto o diagnóstico informa que a maioria dos empreendedores vistos na região são informais (DIAGONAL, 2021, p.299), que inclusive esses dados são uma fragilidade do trabalho. Entretanto, o diagnóstico apresenta toda sua análise utilizando base de dados do CAGED, ou seja, utiliza dados das empresas formais. Tal fato, não retrata a realidade local e pode mascarar os efeitos da paralisação das atividades comerciais vistas nos 5 bairros afetados;

Página 301: “os dados agregados não parecem demonstrar alguma correlação com o evento de subsidência.” (DIAGONAL, 2021, p.301)

Acredito que dados obtidos com os empreendedores dessas localidades retrate melhor essa situação, tendo em vista que as políticas fornecidas pelo governo federal de apoio aos comerciantes podem minimizar os reais efeitos.

Segundo dados do site do governo: O apoio às micro e pequenas empresas durante pandemia do coronavírus. Sancionada em maio pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, Lei nº 13.999/2020 que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A previsão é que sejam destinados R\$ 15,9 bilhões de crédito.

Além disso, a flexibilização dos regimes de trabalho são instrumentos que pode não refletir os efeitos reais que os comerciantes locais tiveram com o desastre socioambiental. Assim, uma amostra com a população afetada poderia demonstrar essa relação de causalidade de modo mais significativo do que o visto no diagnóstico.

Todavia, na página 304:

“Na Tabela 99, os dados para Maceió referem-se ao universo de estabelecimentos formais e, para o NF1, são derivados da pesquisa aplicada pelo PCF, que abrange estabelecimentos informais e podem ter vieses relacionados às expectativas de compensação”. (DIAGONAL, 2021, p. 304).

Tal informação poderia ser ampliada trazendo novas informações que facilitariam uma compreensão do problema. Buscando analisar como os setores se comportaram, os danos gerados, impactos financeiros, etc.

Em outro trecho do diagnóstico (p.308): Em dados obtidos com a Braskem, obteve-se a informação de que esses ambulantes, mesmo não residentes, passaram e ser atendidos em frente específica do PCF. O SENAC procurou abrir cursos para requalificação e readequação das pessoas que sofreram com a desocupação do NF1.

O diagnóstico não apresenta qual o total de ambulantes atendidos pelo PCF, quais negócios possuíam na região. Quanto ao SENAC, o documento não apresenta quantos foram atendidos pelo programa, qual o alcance, quais os resultados destes cursos em termos práticos.

Ainda, na página 308, "... de realocação dos negócios impactados, no PCF foi desenvolvido um programa de suporte na orientação dos comerciantes do NF1, com indenizações por lucros cessantes." (DIAGONAL, 2021, p.308)

Com essa informação seria possível o estudo dimensionar a perda de ganhos financeiros obtidos por estes empresários, porém o mesmo não foi feito.

Nas reuniões com SEBRAE e BNB os interlocutores registraram também a presença da atividade imobiliária na região, mas não se tem dados a respeito que permitam uma análise mais ampla (DIAGONAL, 2021, p.309).

O estudo fala em oportunidade para o setor imobiliário (DIAGONAL, 2021, p. 310), porém não se aprofunda em elementos importantes, como:

Não analisa o percentual de perda verificado nos milhares de imóveis no entorno do mapa de risco;

Não dimensiona o impacto gerado pelo fato das seguradoras deixarem de segurar tais imóveis no processo de financiamento e o quanto isso inflacionou os demais imóveis de Maceió;

Não analisa como o comportamento dos imóveis das cidades circunvizinhas foram afetados, etc.

Na página 310 "...demanda políticas e ações conjuntas entre Braskem, poder público municipal e estadual..." (DIAGONAL, 2021, p.310)

Entretanto, todas as oportunidades relatadas no documento não citam como essa participação da Braskem será realizada, às ações estão mais ligadas a políticas públicas e execução da prefeitura. Como por exemplo, p. 312: "A valorização imobiliária recente faz com que muitos investimentos nessas áreas tenham um custo mais elevado: incentivos fiscais e regulatórios seriam importantes." (DIAGONAL, 2021, p. 312).

Essa alternativa coloca todo o ônus e responsabilidade para a Prefeitura, como isso seria custeado? Visto que o próprio relatório informa, que "as despesas de capital representaram apenas 4,3% das despesas orçamentárias, indicando baixa capacidade de investimento público (DIAGONAL, 2021, p.313)."

Algumas propostas são apresentadas na página 311

"...precisa de investimentos em infraestrutura para poder atrair mais negócios (...)." (DIAGONAL, 2021, p.311).

"...sentido, medidas voltadas à implantação de centros populares de compras devem ser incentivadas, assim como, o fortalecimento dos pólos de centralidades, em bairros como: Cidade Universitária, Benedito Bentes, Santa Lucia, Tabuleiro do Martins e Clima Bom." (DIAGONAL, 2021, p.311).

“no caso da empresa que administra o Aeroporto de Maceió, que, em entrevista concedida, apresentou interesse em desenvolver as áreas mais próximas para que possam fornecer produtos e serviços para o Aeroporto”.

Reforça-se que as propostas apresentadas não são dimensionadas em termo de responsabilidade, custo, horizonte de tempo, público alcançado, como isso será realizado e executado, etc.

Na página 312, Maceió está entre as capitais do Nordeste com maior nível de dependência de transferências, e é a que possui a mais baixa arrecadação própria.

Aqui seria importante do diagnóstico identificar qual foi o impacto gerado sobre a arrecadação do município e seu impacto no longo prazo, dado que alguns impostos foram isentos para os afetados. O diagnóstico não faz nenhuma alusão a essas informações.

Todas as fragilidades e oportunidades do documento são postas ações mais de âmbito de gestão pública. Aqui não enfatiza o papel da Braskem como financiadora dessas ações e não demonstra a efetividade das mesmas, visto que as diretrizes para dimensionamento das ações não estão postas.

Preocupa ainda a invisibilização de grupos sociais e de sua perspectiva na construção dos dados do Diagnóstico, o modo como o documento comunica é muito frágil e deixa lacunas quanto às opções metodológicas:

Os participantes foram divididos em até 5 grupos para discutir inicialmente sobre a questão: "como é a lagoa dos nossos sonhos, considerando os aspectos ambientais, sociais e para a prática da pesca?" (DIAGONAL, 2021, p.319).

Tal informação, não deixa claro a metodologia adotada: quantos grupos de quantos? Foi feita alguma apresentação dos problemas atuais da lagoa? Como foram escolhidos? Essa amostra é representativa?

Nessa parte o documento ressalta mais os problemas existentes na lagoa, manguezal e demais áreas ambientais dos que os problemas gerados pela mineração exploratória. Precisaria demonstrar os impactos gerados pela extração irregular e os danos diretos.

Quanto às fragilidades e oportunidades são vistos os mesmos problemas anteriormente relatados.

4.2 Com base em todos esses pontos levantados ficam os questionamentos:

i) Sobre a atividade econômica:

Quantas empresas foram afetadas dentro da versão 4 do mapa de risco em função do crime da Braskem?

Quantas empresas e atividades econômicas informais tiveram prejuízos e qual o tamanho desse prejuízo no entorno do mapa de risco por causa do crime da Braskem? Refiro-

me aos Flexais, Quebradas, Marquês de Abrantes, Chã de Bebedouro, Vila Saem, Pinheiro entre a antiga Belo Horizonte e a Av. Fernandes Lima, Bom Parto e corredor de transporte da Cambona?

Destas empresas dentro e fora do mapa, quantas fecharam imediatamente após serem atingidas pela tragédia provocada pelo crime da Braskem?

Destas mesmas empresas, quantas reduziram ou encerraram suas atividades após esses 5 anos desde o terremoto provocado pelo crime da Braskem?

Quantos trabalhadores formais foram demitidos em função dos prejuízos e fechamentos das empresas dentro e fora do mapa, provocados pelo crime da Braskem?

Quantos trabalhadores informais perderam renda em função do esvaziamento da região provocado pelo crime da Braskem?

Qual a redução da atividade econômica das cadeias produtivas e de serviços que dependiam ou participavam da venda de produtos e serviços nos 5 bairros afetados pelo crime da Braskem?

Pesquisa da Fecomércio de 2019 apontava um PIB anual de R\$ 1 bilhão apenas no bairro do Pinheiro, o que mais crescia em Maceió no quesito arrecadação de impostos, segundo informações da Secretaria Municipal de Economia e Finanças. Em 2019 a Associação dos Empreendedores conseguiu aprovar, com o apoio de outras entidades, a lei 6900, que perdoava dívidas a partir de 2018 e isentava empresas e imóveis de tributos.

Quanto Maceió perdeu (somando prejuízos e renúncia fiscal) de arrecadação de tributos nos 5 bairros em função do crime da Braskem?

Quanto o Governo de Alagoas perdeu de arrecadação de tributos em função da redução da atividade econômica nos 5 bairros e no seu entorno, bem como pelo Decreto Estadual que isentava dívidas de até R\$ 100 mil, além de não cobrar ICMS para quase 2.000 empresas no mapa de riscos em função do Crime da Braskem?

Quanto o Governo Federal perdeu de arrecadação de tributos nos 5 bairros e no seu entorno em função do crime da Braskem?

Em apresentação recente na Câmara dos Vereadores, a arquiteta Gardênia afirmou que houve um aumento da prevalência de doenças psicossomáticas, a exemplo de infartos, Acidentes Vasculares Cerebrais, os AVCs, além da depressão e outras doenças emocionais em função do crime da Braskem.

Em função deste dado, pergunta-se:

Quanto esse aumento de ocorrências epidemiológicas na população de Maceió gerou de aumento de custo nas redes pública e privada de saúde e por que esses números não foram abordados no relatório da Diagonal sobre o Crime da Braskem? Planos de saúde, isso cabe indenização!

O Acordo fechado pelos Ministérios Públicos e Defensorias não previu critérios claros de indenização e cometeu o segundo crime – depois do da própria Braskem - de se omitir quanto ao Dano Moral para as empresas e seus sócios, nem tampouco para os trabalhadores que perderam seus empregos e para as pessoas que exerciam atividades econômicas informais. O diagnóstico da Diagonal constatou quais impactos na saúde física e emocional dos sócios e das famílias dos 6.083 empreendedores que ingressaram com pedido de indenização pelo crime da Braskem e não receberam nenhuma indenização por dano moral? **Que impacto os problemas de saúde dos sócios e familiares tiveram na redução da atividade econômica?**

O que aconteceu com mais de 3.000 empresas que até dezembro de 2022, quase cinco anos depois da revelação trágica do crime da Braskem, não tinham recebido indenização?

Qual a situação atual das 1.320 atividades econômicas que pediram indenização e até agora não receberam nada? (dados de janeiro/22 do programa de compensação financeira do crime da Braskem).

Quanto foi pago de indenização média para cada um dos 4.763 empreendedores até janeiro de 23? Na avaliação da Diagonal, esse valor foi suficiente para uma reparação integral dos danos materiais, emocionais e físicos causados pelo crime da Braskem? Sugerir cursinhos de empreendedorismo é imputar às vítimas a responsabilidade pela falência ou crise provocada pelo crime da Braskem.

Quanto foi pago de indenização média para cada um dos trabalhadores e trabalhadoras que perderam seus empregos em função do crime da Braskem? Sem dinheiro e reparação integral, como vão empreender para substituir a perda do emprego?

Ao longo de décadas, as pessoas que residem, trabalham e empreendem em bairros antigos como Bebedouro, Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Farol criam arranjos sociais, redes de apoio e escolhas racionais como trabalhar, morar e estudar em locais próximos, tornando a vida mais prática, segura e econômica. **Qual impacto que o crime da Braskem trouxe no custo de vida dessas pessoas que passaram a morar longe do trabalho, cujos filhos passaram a estudar longe de casa, cujo tempo no trânsito ou no transporte público duplicou e até triplicou, sobretudo, pela falta de escolha que as levou a residir ou empreender em bairros bem mais distantes como Benedito Bentes e Antares, pela impossibilidade de escolher bairros mais próximos pela baixa indenização que receberam pelo crime da Braskem?**

O último censo de 2010, ocorrido antes do crime da Braskem vir à tona, apontava um déficit habitacional de 27.000 moradias em Maceió. O crime da Braskem aumentou esse número em mais de 50% ao expulsar 15 mil famílias e 6.000 empreendedores de seus imóveis. Some-se a isso a negativa das seguradoras de financiar imóveis num raio de quase 1 km em torno do mapa de risco da região reconhecida como afetada pelo crime da Braskem. Como se não bastasse, milhares de residências afetadas tinham arranjos familiares complexos, como filhos casados morando nas casas dos pais, idosos convivendo em dependências nas casas de filhos, etc.

Os estudiosos apontam justamente a dinâmica familiar, o acesso ao crédito e o déficit habitacional como os três principais fatores que interferem na demanda e oferta de imóveis, principalmente na formação do preço e na dinâmica do mercado imobiliário. Diante desse

cenário caótico no mercado imobiliário de Maceió, pergunto se o diagnóstico da Diagonal conseguiu medir o quanto o crime da Braskem corroeu o valor real das indenizações dos imóveis e o quanto isso afetou a qualidade de vida ou gerou prejuízos materiais nas atividades econômicas das vítimas em função da incapacidade da indenização paga recompor o poder de compra de imóveis compatíveis com os que se possuíam antes.

Ainda sobre o mercado imobiliário, qual foi o percentual de perda verificado nos milhares de imóveis no entorno do mapa de risco do crime da Braskem, em função das seguradoras deixarem de segurar tais imóveis no processo de financiamento e o quanto isso afetou a economia e a saúde dos moradores do entorno?

Finalmente, a pergunta que não quer calar: R\$ 189 ou 198 milhões de reais é um recurso suficiente para fazer frente a um crime que expulsou 6000 empresas, dezenas de milhares de trabalhadores formais e informais, e acabou com a economia do bairro que mais crescia em Maceió?

Considerações Finais

Dado todos os elementos levantados conclui-se que o documento possui fragilidades que comprometem a análise dos dados apresentados. A ausência de informações metodológicas limita a qualidade do trabalho, bem como os dados secundários utilizados não demonstram de forma precisa a realidade local. Quanto às propostas e oportunidades listadas no documento principal, essas são genéricas, por não apresentarem definições de tempo, orçamento, execução, escopo, entre outros, ou seja, tais informações são necessárias e constituem elementos pilares no gerenciamento de projetos.

O documento complementar ele explora as linhas de ação de forma mais detalhada, porém, sana as questões e inconsistências aqui apresentadas, logo, não responde os questionamentos pontuados, não apresenta estimativa de tempo para ações e recursos. De todo modo, as propostas são mais ao estímulo ao empreendedorismo do que alternativas para recuperação econômica, colocando grande responsabilidade para sua execução no poder público. Para o objetivo a que se propõe esse eixo seria de fundamental importância o uso de uma pesquisa quantitativa com os empresários afetados, buscando mensurar os impactos econômicos e financeiros sofridos pelo desastre socioambiental. E, não colocando a ausência dessas informações como uma limitação do trabalho, quando a empresa tinha acesso ao público afetado como pode ser visto em várias passagens do documento.

Referências

CEP. RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 31 mar 2023.

CHURCHILL, Gilbert. Marketing research: methodological foundations. 2a ed. The Dryden Press. 1998.

GÓES, M. A. C. de; LUZ, A. B. da; POSSA, M. V. Amostragem (Comunicação técnica elaborada para a 4ª edição do livro de Tratamento de Minérios). Rio de Janeiro: CETEM, 2004.

Grimes DA, Schulz KF. Bias and causal associations in observational research. Lancet [Internet]. 2002 Jan [cited 2021 Aug 03];359(9302):248-52. Available from: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(02\)07451-2](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)07451-2).

GOV, Programa apoia micro e pequenos empresários durante a pandemia. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/05/programa-apoia-micro-e-pequenos-empresarios-durante-pandemia>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Lima-Costa MF, Sandhi MB. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. Epidemiol. Serv. Saúde [Internet]. 2003 Dez [citado 2021 Maio 03]; 12(4):189-201.

Medronho R, Carvalho DM, Bloch KV, Luiz RR, Werneck GL editors. São Paulo: Atheneu; 2006, p. 493.

Song JW, Chung KC. Observational studies: cohort and case-control studies. Plast Reconstr Surg [Internet]. 2010 Dec [cited 2021 Aug 03];126(6):2234-2242. Available from: <https://doi.org/10.1097/prs.0b013e3181f44abc>

5- Eixo 2 - Ainda sobre as inadequações sobre atividade econômica, trabalho e renda

Alexandre de Moraes Sampaio
Rikartiany Cardoso;
Isadora Padilha

Para esse eixo é importante destacar que o direito ao trabalho digno e reprodução da vida com dignidade é continuamente violado, visto que a localização da moradia também deve permitir o acesso a bens ambientais, como terra e água, e a um meio ambiente equilibrado.

O acesso a uma moradia adequada pode ser a condição prévia para desfrutar de vários direitos humanos, em particular na esfera do trabalho, da saúde, da segurança social, do voto, da privacidade, do lazer e da educação. A possibilidade de ganhar o sustento pode ser prejudicada quando, como consequência de um despejo forçado, uma pessoa é reassentada em um lugar fora das oportunidades de emprego ou longe do seu local de trabalho.

O art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos preceitua o direito ao trabalho digno, protegido e com condições de reprodução da vida com dignidade, com continuidade de melhores condições, não piores. Tal direito internacionalmente protegido vem sendo continuamente violado, desde o momento de afetações de toda a diversidade econômica que existia/existe nas áreas impactadas, bem como no inexistente ora injusto processo de reparação a esses postos de trabalho.

É ainda preciso apontar que a Diagonal utiliza dados buscados em fontes absolutamente inadequadas, de períodos pré-desastre, em vez dos dados primários de que a Braskem dispõe ao longo desses 5 anos de tragédia! Utiliza-se dados econômicos do censo do IBGE e do CAGED de 2010, anteriores em pelo menos 8 anos (!) a qualquer início de desocupação da região afetada e emprega-se índices do Plano Diretor de Maceió de 2005, cujos parâmetros antecedem em 13 anos do desastre!

5.1 Observações gerais:

Falta de dados, relatório de desculpas e comparação com a situação geral de Maceió na tentativa de mascaramento do real diagnóstico.

Premissa da inadequação desta escuta: o formato de falar e a resposta vir em bloco é uma técnica de esvaziamento das discussões, da impossibilidade da réplica e da tréplica, e, juntamente com o tempo insuficiente de 3 minutos, torna impossível uma análise adequada, bem como um debate democrático e técnico do documento apresentado. Por si só, isso já invalida este trabalho.

QUESTÕES NÃO ABORDADAS PELO RELATÓRIO:

O relatório se restringe a abordar o problema – diga-se de modo subjetivo e opinativo - da realocação das atividades econômicas e suas interferências nos bairros para onde se deslocaram, mas não analisa o impacto do crime da Braskem na Atividade Econômica, Trabalho e Renda. Joga uma cortina de fumaça e não trata do problema principal. Propõe uma série de medidas paliativas para fazer o mínimo possível e desfoca da questão central: os efeitos do crime da Braskem nas atividades econômicas, no trabalho e na geração de renda. Nesse sentido a Associação dos Empreendedores fez as seguintes perguntas à mesa

organizadoras das “escutas públicas”, evidenciando a falta de atores sociais relevantes para o debate:

Sobre a ausência das entidades representativas:

1. Tem alguém do Sebrae aqui?
2. Da Fecomércio?
3. Da Indústria?
4. Do Ministério Público do Trabalho?
5. Do Sindicato dos Panificadores?
6. Do sindicato dos comerciários?
7. Do sindicato dos Hospitais?
8. Do Sindicato das Escolas Particulares?
9. Do Sindicato dos trabalhadores da Saúde e da Educação?

Ainda, foram colocadas diversas questões que não foram respondidas nas “escutas públicas” e tampouco estão descritas no bojo do Diagnóstico, sobre a atividade econômica da região, a saber:

1. Quantas empresas foram afetadas dentro da versão 4 do mapa de risco em função do crime da Braskem?
2. Quantas empresas e atividades econômicas informais tiveram prejuízos e qual o tamanho desse prejuízo no entorno do mapa de risco por causa do crime da Braskem? Refiro-me aos Flexais, Quebradas, Marquês de Abrantes, Chã de Bebedouro, Vila Saem, Pinheiro entre a antiga Belo Horizonte e a Av. Fernandes Lima, Bom Parto e corredor de transporte da Cambona.
3. Destas empresas dentro e fora do mapa, quantas fecharam imediatamente após serem atingidas pela tragédia provocada pelo crime da Braskem?
4. Destas mesmas empresas, quantas reduziram ou encerraram suas atividades após esses 5 anos desde o terremoto provocado pelo crime da Braskem?
5. Quantos trabalhadores formais foram demitidos em função dos prejuízos e fechamentos das empresas dentro e fora do mapa, provocados pelo crime da Braskem?
6. Quantos trabalhadores informais perderam renda em função do esvaziamento da região provocado pelo crime da Braskem?
7. Qual a redução da atividade econômica das cadeias produtivas e de serviços que dependiam ou participavam da venda de produtos e serviços nos 5 bairros afetados pelo crime da Braskem?
8. Pesquisa da Fecomércio de 2019 apontava um PIB anual de R\$ 1 bilhão apenas no bairro do Pinheiro, o que mais crescia em Maceió no quesito arrecadação de impostos, segundo informações da Secretaria Municipal de Economia e Finanças. Em 2019 a

Associação dos Empreendedores conseguiu aprovar, com o apoio de outras entidades, a lei 6900, que perdoava dívidas a partir de 2018 e isentava empresas e imóveis de tributos. Quanto Maceió perdeu (somando prejuízos e renúncia fiscal) de arrecadação de tributos nos 5 bairros em função do crime da Braskem?

9. Quanto o Governo de Alagoas perdeu de arrecadação de tributos em função da redução da atividade econômica nos 5 bairros e no seu entorno, bem como pelo Decreto Estadual que isentava dívidas de até R\$ 100 mil, além de não cobrar ICMS para quase 2.000 empresas no mapa de riscos em função do Crime da Braskem?

10. Quanto o Governo Federal perdeu de arrecadação de tributos nos 5 bairros e no seu entorno em função do crime da Braskem?

11. Em apresentação recente na Câmara dos Vereadores, a arquiteta Gardênia afirmou que houve um aumento da prevalência de doenças psicossomáticas, a exemplo de infartos, Acidentes Vasculares Cerebrais, os AVCs, além da depressão e outras doenças emocionais em função do crime da Braskem. Pergunta-se:

- Quanto esse aumento de ocorrências epidemiológicas na população de Maceió gerou de aumento de custo nas redes pública e privada de saúde e por que esses números não foram abordados no relatório da Diagonal sobre o Crime da Braskem? Planos de saúde, isso cabe indenização!!!

12. O Acordo fechado pelos Ministérios Públicos e Defensorias não previu critérios claros de indenização e cometeu o segundo crime – depois do crime da própria Braskem - de se omitir quanto ao Dano Moral para as empresas e seus sócios, nem tampouco para os trabalhadores que perderam seus empregos e para as pessoas que exerciam atividades econômicas informais. O diagnóstico da Diagonal constatou quais impactos na saúde física e emocional dos sócios e das famílias dos 6.083 empreendedores que ingressaram com pedido de indenização pelo crime da Braskem e não receberam nenhuma indenização por dano moral? Que impacto os problemas de saúde dos sócios e familiares tiveram na redução da atividade econômica?

13. O que aconteceu com mais de 3.000 empresas que até dezembro de 2022, quase cinco anos depois da revelação trágica do crime da Braskem, não tinham recebido indenização?

14. Qual a situação atual das 1.320 atividades econômicas que pediram indenização e até agora não receberam nada? (dados de janeiro/22 do programa de compensação financeira do crime da Braskem).

15. Quanto foi pago de indenização média para cada um dos 4.763 empreendedores até janeiro de 23? Na avaliação da Diagonal, esse valor foi suficiente para uma reparação integral dos danos materiais, emocionais e físicos causados pelo crime da Braskem? Sugerir cursinhos de empreendedorismo é imputar às vítimas a responsabilidade pela falência ou crise provocada pelo crime da Braskem.

16. Quanto foi pago de indenização média para cada um dos trabalhadores e trabalhadoras que perderam seus empregos em função do crime da Braskem? Sem dinheiro e reparação integral, como vão empreender para substituir a perda do emprego?

17. Ao longo de décadas, as pessoas que residem, trabalham e empreendem em bairros antigos como Bebedouro, Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Farol criam arranjos sociais, redes de apoio e escolhas racionais como trabalhar, morar e estudar em locais próximos, tornando a vida mais prática, segura e econômica. Qual impacto que o crime da Braskem trouxe no custo de vida dessas pessoas que passaram a morar longe do trabalho, cujos filhos passaram a estudar longe de casa, cujo tempo no trânsito ou no transporte público duplicou e até triplicou, sobretudo pela falta de escolha que as levou a residir ou empreender em bairros bem mais distantes como Benedito Bentes e Antares, pela impossibilidade de escolher bairros mais próximos pela baixa indenização que receberam pelo crime da Braskem?

18. O último censo de 2010, ocorrido antes do crime da Braskem vir à tona, apontava um déficit habitacional de 27.000 moradias em Maceió. O crime da Braskem aumentou esse número em mais de 50% ao expulsar 15 mil famílias e 6.000 empreendedores de seus imóveis. Some-se a isso a negativa das seguradoras de financiar imóveis num raio de quase 1 km em torno do mapa de risco da região reconhecida como afetada pelo crime da Braskem. Como se não bastasse, milhares de residências afetadas tinham arranjos familiares complexos, como filhos casados morando nas casas dos pais, idosos convivendo em dependências nas casas de filhos, etc.

19. Os estudiosos apontam justamente a dinâmica familiar, o acesso ao crédito e o déficit habitacional como os três principais fatores que interferem na demanda e oferta de imóveis, principalmente na formação do preço e na dinâmica do mercado imobiliário. Diante desse cenário caótico no mercado imobiliário de Maceió, pergunto se o diagnóstico da Diagonal conseguiu medir o quanto o crime da Braskem corroeu o valor real das indenizações dos imóveis e o quanto isso afetou a qualidade de vida ou gerou prejuízos materiais nas atividades econômicas das vítimas em função da incapacidade da indenização paga recompor o poder de compra de imóveis compatíveis com os que se possuíam antes.

20. Ainda sobre o mercado imobiliário, qual foi o percentual de perda verificado nos milhares de imóveis no entorno do mapa de risco do crime da Braskem, em função das seguradoras deixarem de segurar tais imóveis no processo de financiamento e o quanto isso afetou a economia e a saúde dos moradores do entorno.

21. Finalmente, a pergunta que não quer calar: R\$ 198 milhões de reais é um recurso suficiente para fazer frente a um crime que expulsou 6000 empresas, dezenas de milhares de trabalhadores formais e informais, e acabou com a economia do bairro que mais crescia em Maceió?

6- Eixo 3 - Qualificação urbana e ambiental

Caroline Gonçalves dos Santos

Os apontamentos a seguir visam contribuir com uma análise mais aprofundada e que dê conta da abrangência necessária de estudo a partir do entendimento que toda a cidade foi impactada pelo desastre tecnológico provocado pela atividade de mineração na capital do estado. O diagnóstico apresentado neste eixo apresenta dados relevantes, registros fotográficos e mapeamentos significativos, mas que por vezes enfocam em determinados núcleos focais, cuja delimitação aparenta ainda está em construção, haja vista a inclusão de novos bairros em documento complementar, mas sem maiores esclarecimentos acerca das decisões de não inclusão de outros bairros que se destacam no próprio diagnóstico como centralidade e que receberam população que foram forçadamente deslocadas dos bairros atingidos pelo afundamento do solo, como será discutido a seguir.

Considera-se o conceito de desastre a partir de Quarantelli (2015) e Valêncio (2010) como um acontecimento trágico que rompe com a estrutura ou sistema social, tais como rotinas, lugares, saberes e práticas, e envolve uma crise ou emergência imediatas. Para distanciar ainda mais da noção de desastre natural, haja vista que todo desastre é essencialmente o resultado das ações humanas, qualifica-o como desastre tecnológico, que é um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência ou envolvendo falha humana, provocando danos significativos e/ou mortes (SEGEN, 2002).

Enquanto que os deslocados são, segundo a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou sair de suas casas ou locais de residência habitual, como resultado ou a fim de evitar os efeitos de: conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira internacional de um Estado, como ocorre com o refugiado. Entendendo-se, portanto, como conceito mais pertinente do que realocados, haja vista que não foram transferidos a um local previamente estabelecido e conhecido e sim, tiveram que recorrer a buscas na cidade e fora dela em um contexto de alta de preços do metro quadrado, como aponta o diagnóstico apresentado e os dados das pesquisas FIPE zap, mensalmente divulgados, e que no último mês - março de 2023 - ainda acumula alta de 12,94% nos últimos 12 meses.

Neste sentido, aponta-se a desatualização dos valores imobiliários, cujo dados apresentados da Tabela 109 (DIAGNONAL, 2021, p. 338-339) são ainda de 2021 e que

também não foram atualizados no documento complementar, sendo esta uma questão importante no acompanhamento dos deslocamentos, uma vez que o valor do imóvel foi apontado como motivação para a definição da moradia por 50,51% de 984 entrevistados.

Além disso, na página 350, coloca-se

“Depoimentos feitos no Processo Participativo registram questionamentos de famílias realocadas sobre a compatibilidade entre os valores do aluguel social e da compensação financeira e os preços praticados nas ofertas imobiliárias locais, bem como registros de dificuldade para aquisição e aluguel de imóveis de qualidade e localização semelhante ao imóvel desocupado com os recursos provenientes da compensação. Essas circunstâncias teriam levado à necessidade de complementação, por parte de algumas famílias, dos valores pagos (aluguel social e compensação) para usufruir de imóvel de qualidade semelhante ao anteriormente habitado” (DIAGNONAL, 2021,p.350)

Sendo assim, com a contínua alta de preços praticados e considerando que até setembro de 2021 apenas 6.444 imóveis tinham tido a compensação financeira paga, é uma informação que demanda complementação.

Ainda, expõe-se: “Nos tópicos a seguir são discutidas as características urbanas dos **quatro bairros** que receberam o maior número de famílias realocadas pelo padrão de negociação por valor único (valor de referência para imóveis residenciais para as famílias que preferiram não se submeter a processos de avaliação imobiliária)” (DIAGNONAL, 2021, p.350). No entanto, não se apresenta justificativa metodológica para esta decisão, além disso as características se resumem a um parágrafo para cada bairro que não dão conta de demais questões que são apresentadas na sequência como presença de áreas públicas, centralidades.

Na página 358, afirma-se:

"O trecho conhecido como Flexal de Baixo (Foto 23) apresentava uma dependência dos estabelecimentos comerciais e de serviços contidos na área de realocação e se conectava ao centro da cidade pela utilização do transporte ferroviário que foi interrompido. Pela sua configuração urbana, com vias estruturadas e pavimentadas, pela proximidade à Lagoa, pela presença de arborização e equipamentos públicos, com destaque para o Centro Estadual de Esporte e Lazer, entende-se que pode ser considerada uma área ativa, cuja ocupação pode ser mantida mediante sua reconexão ao centro da cidade e ao seu entorno, minimizando a ruptura urbana decorrente do vazio criado pela desocupação da área de risco. Contudo, múltiplas casas apresentam inscrições como “realocação já, revitalização não”, no momento em que foi feito o levantamento de campo” (DIAGNONAL, 2021, p. 358).

E continua:

“As possibilidades de requalificação e tratamento urbanístico da área, bem como de criação de rotas alternativas de conexão qualificadas entre o Flexal e o centro da cidade, devem ser contempladas no sentido de compreender seu potencial de consolidação como uma área de permanência, já que tende a oferecer melhores condições urbanísticas, de localização e de inserção na trama da cidade do que muitos bairros que têm recebido grande parte dos realocados nos fluxos intraurbanos” (DIAGONAL, 2021, p. 358).

Para as afirmações, conforme nota de rodapé 98 também na página 358, parte-se do pressuposto de que “Visto que a maior parcela do Flexal não se encontra inserida na área de criticidade, demarcada pela Defesa Civil Municipal” (DIAGONAL, 2021, p.358). Mas não discute neste ponto que também a Defesa Civil Municipal elaborou relatório em maio de 2021 apontando situação de “Ilhamento socioeconômico”, esta decorrente da saída de equipamentos públicos, comércios e serviços, bem como de moradores das áreas circunvizinhas, afetando a dinâmica social e urbana, e recomendando a inserção das comunidades do Flexal de Baixo, Flexal de Cima e parte da rua Marquês de Abrantes no Programa (GGI, 2021).

Neste sentido, recorre-se a Vargas (2016) quando discorre que em casos de desastre deve-se considerar as perdas de fixos (equipamentos, casas, vias) e dos fluxos (o ir e vir, as pessoas, ou como a autora coloca as perdas dos outros). E complementa que devem ser considerados a dificuldade de manutenção da vinculação com o lugar e com as pessoas que o integram, porque as pessoas não estão mais lá. Assim, o que os moradores reivindicam é legítimo e deve ser considerado nas decisões.

Ressalta-se que no diagnóstico este relatório da Defesa Civil Municipal é citado apenas uma vez, na **página 276, no eixo 1**, em que destaca aspectos de visitas realizadas no período de 10 a 12 de agosto de 2021 “parte mostrando problemas graves relacionados ao evento e parte mostrando um bairro com dinâmica social de áreas periféricas” (DIAGONAL, 2021, p. 276). Após todos os apontamentos, acompanhados de registros fotográficos, chega-se a seguinte conclusão, nas páginas 280 e 281:

“No caso dos Flexais, a conclusão a que se chega é que o evento geológico e o deslocamento de moradores e comerciantes da área do NF1 afetaram a dinâmica da vida das pessoas, quanto ao acesso a comércio e serviços privados e públicos. A deficiência nos serviços de zeladoria, situação preexistente, teria se agravado, segundo relatos dos moradores. As duas vias de acesso aos Flexais apresentam todas as características que fragilizam a percepção de segurança, sendo recomendável providências no curto prazo. A mobilidade comprometida das pessoas também requer medidas urgentes. O entendimento deste diagnóstico, entretanto, é de que não se aplica a solução da realocação e que as soluções dos impactos mapeados se encontram no escopo do

que está previsto para o PAS e de outros Acordos já firmados. Prover espaços urbanos seguros é uma premissa relevante para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Muitas vezes investimentos de baixa monta podem representar uma evolução muito significativa na vida real dos seus moradores” (DIAGNONAL, 2021, p. 281).

Essa conclusão, no entanto, não foi acompanhada de atualização sobre a questão nos últimos 18 meses - ao menos, sem registros nos diagnósticos apresentados - e tem servido de embasamento para a argumentação da empresa Braskem, sem maiores diálogos com a população, uma vez que parte dela, permanece pedindo para serem indenizadas para saírem da localidade, e para o Projeto de Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais, fruto do Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas destinadas à Requalificação da Área do Flexal. Destaca-se novamente que não só são aos fixos que a população deve ter acesso novamente, mas aos fluxos, a dinâmica de vizinhança.

Retomando o eixo 3, na página 363, entre as fragilidades apresentadas destaca-se: “Relatos de evasão de investimentos no NF2, com cancelamento de um empreendimento imobiliário e relatos de possíveis restrições a financiamentos imobiliários. Relatos de percepção de apreensão e desconfiança em relação ao NF2, por parte de agentes do mercado imobiliário” (DIAGONAL, 2021, p.363). Entende-se que em sendo este um diagnóstico, esses relatos deveriam ter sido confirmados com dados concretos, haja vista que o posicionamento das seguradoras foi inclusive objeto de Ação Civil Pública pela Defensoria Pública da União em outubro de 2021 (DPU, 2021).

Na página p.364, o diagnóstico aponta como oportunidade “Estabelecer novas formas de diálogo com o poder público municipal, de modo a subsidiar o processo de revisão do Plano Diretor”. Entende-se que é fundamental e urgente a retomada da revisão do Plano Diretor, considerando que as discussões ocorridas entre 2015 e 2016 não contemplam as dinâmicas atuais após o desastre tecnológico, no entanto há de se ressaltar que o diagnóstico carece de aprofundamento sobretudo em outras áreas também impactadas e que não estão sendo contempladas nos Núcleos Focais que apresentam maiores informações de caracterização.

Como exemplo, cita-se aqui a figura 150, na página 440, cuja legenda é Figura 150. NF1, NF2, NF3 e NF4, localização e classificação de espaços livres públicos, mas não contempla nenhum dos espaços livres públicos da NF4. Informação que também não aparece corrigida ou atualizada no documento complementar volume 2.

Insistindo nesta questão de definição dos Núcleos Focais, questiona-se na figura 167, página 470 o destaque para o bairro da Jatiúca que aparece entre os 10 bairros de maior

atratividade, sendo ele o nono a ter tido maior procura entre a população deslocada, mas não há outros levantamentos mais aprofundados sobre o referido bairro no decorrer do documento e não está em nenhum dos Núcleos Focais em que há maior preocupação no levantamento de dados, NF2 e NF3.

Ora, ainda que tenha se levantado a identificação de alta concentração populacional no bairro, na figura 15, página 87 e considerado que o bairro apresenta padrão de tipologia elevado na figura 21, página 95, caberia analisar o quão saturado a Jatiúca se encontra nos vários aspectos, mas sobretudo de mobilidade e construtivo com o deslocamento para lá de famílias.

Além disso, no documento complementar (volume 1), que apresenta atualizações dos novos endereços identificados após deslocamento, o bairro da Jatiúca já tinha saído de novo para oitavo lugar. Como se pode verificar na página 30 do referido documento: “Os dez bairros mais procurados para mudanças definitivas, em ordem decrescente, são: Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins, Santa Lúcia, Serraria, Farol, Gruta de Lourdes, Clima Bom, Jatiúca, Benedito Bentes e Santa Amélia”. Essa afirmação foi acompanhada da Tabela 3 - Proporção de mudanças definitivas por bairro de destino, segundo origem (%), a qual por sua vez traz por meio de nota que o universo considerado era de 6.083 famílias que se mudaram para Maceió e informaram o endereço ao pesquisador até setembro de 2022.

Neste ponto, cabe também destacar que segundo a empresa Diagonal, conforme falado na Escuta Pública do dia 21 de março, essa pesquisa de destino das famílias tem tido continuidade, de modo que alcançaram o retorno de cerca de 8900, mas esses percentuais de origem e destino considerando esse universo não foram apresentados. Ainda assim, é importante considerar que o número de cerca de 8900 famílias reflete cerca de 61% do total de 14.534 identificados para desocupação. E os quase 40% para onde estão se deslocando? Além disso, o aquecimento do mercado imobiliário e a já citada elevação de preços impulsionou também mudanças de endereços outras, atrelando-se a uma especulação em torno do turismo, que se revela pelo perfil dos imóveis lançados de apenas 1 quarto por exemplo, e a elevação dos preços em maior intensidade nos bairros litorâneos, incluindo litoral Norte (ver relatórios FipeZap, 2023).

São fatores de desdobramentos importantes que devem aparecer no diagnóstico e que, insiste-se, impactam na cidade como um todo. Novamente na página 471, destaca-se que “A seleção de centralidades prioritárias objetiva reconhecer as condições da infraestrutura viária que dá suporte aos meios ativos de deslocamento e ao acesso ao transporte coletivo, visando uma posterior intervenção. Por isso, foram priorizadas centralidades em bairros mais

periféricos, com maior potencial de integração entre o transporte ativo e o coletivo e que demandavam maior investimento em infraestrutura, de modo que Jatiúca e Gruta de Lourdes não foram considerados prioritários” (DIAGNONAL, 2021, p. 471).

Contudo, ainda que demandem propostas, alternativas diferenciadas e que os bairros periféricos venham a ter respostas prioritárias - que já estão atrasadas - é preciso ter análises, dados e apontamentos também para essas áreas que se configuram como centralidades, pois segundo os próprios critérios elencados também contam infraestrutura viária que dá suporte aos meios ativos e acesso ao transporte coletivo e conforme mapeamento da figura 163, página 466, concentram oportunidades de emprego.

Alguns apontamentos sobre os documentos complementares (volumes 1 e 2) foram tecidos ao longo dos comentários anteriores. Mas, por fim, cabe acrescentar página 60 do Documento Complementar (volume 1) a seguinte afirmação:

“Observa-se que há maior fragilidade nos serviços de saneamento, na infraestrutura viária e há maior carência de espaços livres públicos nos principais bairros de destino das famílias realocadas (NF3), mais periféricos, e de menor valor imobiliário. Por outro lado, há evidências de considerável proporção de moradores que residiam em aglomerados subnormais (Mutange/ Bom Parto/ Bebedouro) que se mudaram para áreas formais” (DIAGNONAL, 2021, p. 60).

Demanda-se esclarecimento dessas evidências, **as mesmas foram inferidas, a partir de quais fontes e quais dados? Tem-se números que corrobore? E análise da situação contrária? Há pessoas que saíram de áreas formais e estão em assentamentos precários? Cabe detalhamento.**

Considerações finais

Os dados levantados e mapas apresentados trazem luz para a compreensão das implicações sociourbanísticas e ambientais, mas ainda carecem de maior aprofundamento de estudo e análises da cidade como um todo, uma vez que toda ela foi impactada, pelo deslocamento disperso das famílias em virtude do desastre tecnológico provocado pela mineração. É relevante destacar áreas prioritárias, mas para maior clareza dessa definição é preciso maior caracterização urbana no todo.

Salienta-se novamente a ausência de clareza na metodologia de definição nos núcleos focais e de sua aparente contínua atualização com a inserção de um bairro no NF2, bairro da Levada, e quatro bairros no NF3, a saber: Vergel do Lago, Jacintinho, Santa Amélia e Jardim Petrópolis, mas deixando de fora outros bairros que se destacam no recebimento de famílias,

por ser considerado de padrão elevado, mas que dá indícios de saturação de sua infraestrutura viária, de adensamento construtivo, saneamento básico, para citar alguns aspectos.

Referências

DPU AJUIZA AÇÃO CONTRA SEGURADORAS POR FALTA DE COBERTURA EM ÁREA DE MINERAÇÃO. **O Jornal Extra**. 01 out. 2021. Disponível em: <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2021/10/70648-dpu-ajuiza-acao-contra-seguradoras-por-falta-de-cobertura-em-area-de-mineracao>. Acesso em 10 abr. 2023.

FIPEZAP. Índices FipeZap. Sítio FIPE. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/relatorios/#relatorio-fipezap>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GGI DOS BAIROS ENCAMINHA PARECER SOBRE O ILHAMENTO SOCIOECONÔMICO AO MPF. **Sítio Prefeitura de Maceió**. 13 maio 2021. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/ggi-dos-bairros/ggi-dos-bairros-encaminha-parecer-sobre-ilhamento-socioeconomico-ao-mpf>. Acesso em 10 abr. 2023.

QUARANTELLI, Enrico L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. Tradução: Raquel Brigatte. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 33. 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ_33_0_Quarantelli.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

SEGEN, Joseph. C. Technological disaster. **McGraw-Hill Concise Dictionary of Modern Medicine**, 2006. Disponível em: <https://archive.org/details/concisedictionar0000sege>. Acesso em 10 nov. 2022.

VALENCIO, Norma. (2010). O desastre como locus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. In: VALENCIO, N. (org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos, RiM

VARGAS, Maria Auxiliadora. R. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Cadernos MetrÓpole**, v.18, n. 36, vol. 18, p. 28-39, 2016.

7- Eixo 3 - Ainda sobre as inadequações sobre a qualificação urbana e ambiental

Neirevane Nunes
Rikartiany Cardoso

Considera-se que as realocações das moradias foram implementadas sem a consulta à população local e, por isso, não foram obtidos bons resultados. No Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais, de 1966, é possível encontrar os seguintes componentes para proteger o direito à moradia adequada, questão altamente relevante com relação à situação de risco a desastre: segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; custo suportável; habitabilidade; acessibilidade; localização e adequação cultural.

As pessoas afetadas pelo crime da Braskem são deslocadas internas, visto que, deslocados internos seriam: pessoas ou grupos de pessoas compelidas a fugir de seus domicílios ou dos locais em que residiam habitualmente, particularmente em consequência de, ou com vistas a evitar, os efeitos de conflitos armados, tensões internas, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou provocados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira nacional reconhecida internacionalmente. Ao longo do documento esse termo não é nem mencionado, referindo-se às pessoas como realocadas e afins. Isso é um termo jurídico incorreto e falseia a realidade das vítimas do desastre mineral.

Outras observações sobre o Diagnóstico:

- Nas páginas 358 e 359 – Há um erro grave na legenda de duas imagens (23 e 24):

Foto 23. NF2, Vila Saem, agosto/2021



Fonte: Diagonal, 2021.

O trecho conhecido como Flexal de Baixo (Foto 23) apresentava uma dependência dos estabelecimentos comerciais e de serviços contidos na área de realocação e se conectava ao centro da cidade pela utilização do transporte ferroviário que foi interrompido⁹⁷.

Outra interface que merece destaque é na Vila Saem (Foto 24), em região que apresenta um contraste relativamente mais expressivo entre as áreas de realocação e de permanência, haja vista que o logradouro de acesso à comunidade é o limite do polígono de desocupação. As mesmas ações que podem repercutir positivamente sobre os moradores do Flexal, possivelmente, incidiriam positivamente sobre a Vila Saem. Entende-se, contudo, que a percepção da habitabilidade dessa área por parte dos seus moradores está relacionada, a médio prazo, a um “tratamento de borda” que venha a qualificá-la.

Foto 24. NF2, Flexal de Cima, agosto/2021



Fonte: Diagonal, 2021.

A imagem 23 está identificada como Vila Saem, mas na realidade é Flexal e a imagem 24 está identificada como Flexal, mas não é do Flexal e sim da Vila Saem. Isso demonstra que a equipe técnica da Diagonal não realizou o trabalho de campo de forma devida, já que não sabe identificar corretamente as comunidades de estudo. O equívoco faz gerar incertezas se conhecem a realidade da qual analisam.

- Na página 366 – “O objetivo do relatório é fundamentar a elaboração de ações em resposta aos Potenciais Impactos Ambientais” – o foco do documento deve ser os impactos reais presentes e não possíveis impactos. Essas comunidades já foram e estão sendo severamente impactadas. Quando tratamos de EIA-RIMA aí sim é que se deve ater aos potenciais impactos gerados por determinada atividade.
- Na página 366 – “Vale observar que aos riscos ambientais estão associadas as incertezas, o que não é o mesmo que imprevisibilidades” – A Braskem conhecia perfeitamente os riscos de se explorar sal-gema de forma irresponsável em área urbana, mas mesmo assim não respeitou os padrões técnicos de segurança nas suas 35 minas.
- Na página 367 – Definição da área a ser estudada. Como é que um diagnóstico ambiental desconsidera na sua metodologia as ÁREAS DE INFLUÊNCIA DE IMPACTO AMBIENTAL? Porque elas são obrigatórias em qualquer estudo diagnóstico que trate de riscos ambientais, danos ou impactos ambientais. Portanto, o Diagnóstico deveria utilizar como parâmetro pra delimitação da área estudada:

Área Diretamente Afetada – ADA

Área de Influência Direta – AID

Área de Influência Indireta – AII

Inclusive publiquei um artigo sobre as Áreas de Influência de Impacto Ambiental da mineração da Braskem em Maceió (<http://emdefesadosterritorios.org/1672-2/>) onde questiono o acordo firmado em 2020 em não reconhecer que as comunidades inseridas na área denominada pela Diagonal como área de permanência fazem parte do passivo ambiental da Braskem porque estão dentro da área de influencia direta e

indireta da mineradora. Cabendo a estas comunidades o direito a reparação integral e não “um cala boca”, o valor irrisório de 25 mil proposto no acordo sobre os Flexais.


- O termo Lagoa Mundaú – aparece várias vezes é incorreto, o correto é Laguna Mundaú. Dessa forma os técnicos da Diagonal demonstram não conhecer o CELMM, nosso Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba e não saber diferença entre lagoa e laguna. É Laguna Mundaú, porque se comunica com o mar através de canais e sofre influência do ciclo da maré.
- Ausência grave: a fauna urbana não aparece no diagnóstico ambiental – há centenas de animais abandonados nestes bairros principalmente gatos totalmente vulneráveis, toda semana estes são encontrados mortos e o diagnóstico não traz nenhuma proposta pra garantir o direito ao bem estar animal destes que são outras vítimas da Braskem. Existe um programa mantido pela Braskem em convênio com a UFAL que é insuficiente que se baseia no método CED (Capturar, Esterilizar e Devolver) esses animais após o atendimento são devolvidos a estes bairros destruídos, do modo que permanecem vulneráveis. Não garantir o bem estar desses animais configura crime de maus tratos. Mas para o Diagnóstico da Diagonal estes animais continuam invisíveis.



Fonte: <https://082noticias.com/2022/10/29/a-situacao-dos-animais-abandonados-nos-bairros-atingidos-pela-mineracao-da-braskem/>

- Na página 368 – “Caracterização das fragilidades ambientais existentes – agentes de riscos presentes e dos riscos ambientais conseqüentes”. **Como é que a atuação da Braskem por mais de 40 anos explorando sal-gema de forma irresponsável não consta como agente de risco?**
- O foco do documento nas fragilidades naturais intrínsecas desvia o olhar sobre os impactos causados pela mineração da Braskem.
- Na página 373 – Ecossistema Manguezal alterado – No Diagnóstico não há o dimensionamento disso. O Instituto alemão IFG constatou a perda de cerca de 17 hectares de manguezal submersos pelo afundamento do solo da região da laguna

mundaú. O Instituto também determinou o isolamento de 2km paralelo á margem por constatar o risco de colapso nessa área. **Cadê o impacto disso sobre a cadeia produtiva da laguna mundaú? O que o diagnostico trata sobre a segurança de trabalho e apoio aos pescadores e marisqueiras?** É preciso obter esses dados para realizar o diagnóstico.



Fonte: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/10/07/nivel-da-agua-sobe-e-comeca-a-encobrir-manguezal-as-margens-da-lagoa-mundau-em-maceio.ghtml>

- As fragilidades ambientais superam os impactos do crime da Braskem: Na página 388 – “Á título de conclusão, quanto às fragilidades ambientais identificadas, evidenciam-se aquelas instaladas ao longo dos anos, portanto preexistentes a ocorrência do fenômeno da subsidência e em grande maioria está relacionada a dificuldades de ações da administração pública” (DIAGONAL, 2021, p.388). A intenção do documento é o tempo todo inferir que a culpa da tragédia é problemas preexistentes relacionados as fragilidades do ambiente e as limitações da gestão municipal.

Reforçamos que o modelo de “escuta publica” utilizado faz parte da técnica de silenciamento da Braskem as suas vítimas, visto que i) o tempo de 3 minutos de fala é insuficiente; ii) não tivemos direito a réplica e a tréplica; iii) as perguntas ficaram sem resposta; iv) o MUVB apresentou no segundo dia de escuta um documento (Anexo 1) solicitando a mudança na condução das **escutas e toda a comunidade presente no local apoiou o pedido por meio de manifestação oral**, mas mesmo assim a banca da Diagonal desrespeitou a soberania popular, que deveria prevalecer.

Por esses motivos, a Diagonal/Braskem denunciemos que as “escutas públicas” não podem ser um evento para validar esse Diagnóstico, haja vista todas as incongruências aqui levantadas. Há especialistas, professores, pesquisadores da UFAL e de outras instituições que participaram das escutas e que apontam em suas falas todos os motivos pelos quais esse Diagnóstico é inválido e por isso deve ser impugnado.

8- Eixo 4: Preservação da Cultura e Memória

Adriana Capretz
Rikartiany Cardoso
Neirivane Nunes

Neste eixo, como nos demais, percebe-se a predominante e latente ausência de referências e citações referenciadas ao longo do corpo do texto; Ausência de fundamentação no que concerne ao direito à memória presente no art. 216\CF. Ausência de fundamentação sobre o conceito de território, conforme autores e legislação. O Direito à memória, território e digna moradia são direitos preservados constitucionalmente e em tratados internacionais, os quais o Brasil é signatário;

A forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção devem expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores. Reformas e modernizações devem também respeitar as dimensões culturais da habitação, externando a necessidade de existir o direito a consulta e o poder decisório dos moradores removidos forçosamente das áreas, no que concerne ao destino\utilização\preservação das áreas impactadas.

Aqui, a mesma fragilidade metodológica é verificada: para vários dados as fontes não estão claras ou estão completamente errôneas, como a menção a um Planmob que simplesmente não existe na cidade! Para quem não sabe, Maceió é uma das duas capitais do Brasil que não tem Plano de Mobilidade. Mais um triste feito urbanístico para essa urbe que vive de colecioná-los. Na apresentação deste eixo é citada a realização de trabalho de campo, mas ao longo do corpo do texto não são encontrados registros de estudo de campo representativos, a exemplo das imagens utilizadas que na grande maioria foram obtidas do Google;

- Foi observado a referência a espaços fora da cronologia real, o Mercado Público de Bebedouro é tratado no documento como se ainda existisse e utilizando imagens que mostram sua destruição, o que torna o texto incoerente (p. 502):

Há, ainda, o Mercado de Bebedouro (Foto 82). Tradicionalmente, mercados públicos ocupam uma posição importante no processo de formação das cidades, configurando-se como um elemento de influência histórica, compondo a paisagem visual e a sociabilidade do lugar no qual está inserido.

Foto 82. NF1, Mercado público em direção à Praça Lucena Maranhão



Fonte: Diagonal, 2021.

Ainda sobre o mercado público, é inexistente no diagnóstico as informações sobre como o mercado do Bebedouro fortalecia o comércio local, bem como qual a sua importância para pescadores e marisqueiras da região. **Como ele colaborava para a manutenção da coesão do tecido social?**

Quantas pessoas frequentavam diariamente?

Quanto gerava de renda para os trabalhadores?

Quais manifestações culturais ali aconteciam?

Quais os efeitos dessa desagregação?

Na página 509, é utilizada uma imagem fora de contexto, a foto 87 se refere a uma placa de formatura de uma turma do ensino médio da Escola Estadual Moreira e Silva que fica no CEPA. Para um trabalho realmente representativo relacionado a cultura e memória dos bairros afetados, esperava-se a utilização de imagens com registros da vivência cultural dos estudantes como os ensaios que aconteciam frequentemente nas escolas dos grupos de coco de roda e quadrilhas. Além disso, o diagnóstico cita o número de 19 grupos culturais, mas não consta o mapeamento desses grupos. Não há informações sobre a identificação desses grupos, onde eles estavam localizados antes da remoção, como também não há informações para onde foram os mestres que lideravam esses grupos.

Os agentes culturais são citados de forma genérica, a nível de município, ao invés de trazer dados sobre os agentes culturais dos 5 bairros afetados.

Na página 543 consta o nome incorreto de escolas.

Na página 565 não são informados os nomes das instituições em questão.

No Diagnóstico é constatado o risco a esses imóveis de relevante valor histórico e cultural, mas para esses mesmos imóveis que sofrem risco direto não consta sua precificação. Se há risco deve obrigatoriamente ser informado o valor estimado do imóvel.

No diagnóstico foi feita a indicação de um número pequeno de imóveis como prioritários para a conservação, mas na verdade o número é bem maior. No bairro de Bebedouro há um conjunto arquitetônico histórico que forma a ZEP de Bebedouro tratada no Plano Diretor de Maceió, portanto todo o sítio deve ser preservado.

No diagnóstico não foram apontadas as ações emergenciais que devem ser realizadas em relação aos imóveis históricos para conter seu desgaste progressivo em relação a subsidência do solo. como também não foi apresentado um plano de ações para sua manutenção.

Na página 525 são apontadas fragilidades pré-existentes que não correspondem à realidade, por isso, considera-se que essas fragilidades induzem os resultados do Diagnóstico ao erro:

1. Onde lê-se “ausência de equipamentos culturais” (DIAGONAL, 2021, p.525), na verdade ocorre que os equipamentos culturais não eram ausentes, eles existiam e atendiam aos grupos culturais há décadas (praças, escolas, centros comunitários e igrejas).

2. Onde lê-se “Baixa profissionalização dos grupos culturais” (DIAGONAL, 2021, p.525), entende-se que a existência dos grupos culturais mobiliza um tipo de profissionalização cultural que o diagnóstico não consegue captar, uma vez que esses grupos existem há décadas tendo como base a sua vivência comunitária, a tradição e os saberes que são passados de geração para geração.

Em relação ao patrimônio histórico, questionamos:

1. Quais os critérios que a Diagonal utilizou para a escolha daquelas edificações que elegeu para serem restauradas ou preservadas – e também não deixa claro o que será feito com elas, uma vez que o bairro do Bebedouro, por si, já constitui-se uma Zona Especial de Preservação Rígida pelo Plano Diretor Vigente (Lei 5486/2005) por ser um bairro histórico em sua totalidade;

2. Não foi apresentado um mapeamento dos grupos culturais e nem dos fazedores de cultura da área, sejam mestres do patrimônio, brincantes de folguedos, artesãos ou as manifestações culturais ligadas as celebrações religiosas que eram muito comuns em todos os bairros;

3. Por qual motivo para o diagnóstico da Diagonal não ter fotos de pesquisas de campo e sim imagens do Google Street View e outros exemplos genéricos encontrados no Google, uma vez que o trabalho foi feito durante três anos por 30 consultores técnicos (segundo a empresa urbanizadora, diretamente com moradores).

4. Em tempo, é basilar que seja respondido de quem será a titularidade dessa área imensa e o que será feito dela – ainda que propostas consistentes existam e possam ser discutidas, é também algo que permanece ao largo num diagnóstico displicentemente arranjado.

5. Qual o conceito de cultura foi utilizado para embasar toda a análise dos dados captados pelo diagnóstico? A questão é para expor a evidente inconsistência do diagnóstico que não indica em nenhum momento o que entende por cultura. Além disso, as referências bibliográficas que estão ao final do texto não são utilizadas no corpo do texto, o que denota a dificuldade de sustentar as posições epistêmicas do Diagnóstico.

Considerações finais

No contexto dos cenários pós-desastre, devemos assegurar que todas as pessoas afetadas tenham o direito de moradia adequada garantido, independentemente do seu status antes do desastre ocorrer, e sem discriminação de qualquer tipo. Enfrentar os riscos de desastres demanda uma práxis intersetorial, intercultural e integrada nas diferentes esferas de governo, com a sociedade civil, entre setores público e privados, cujo objetivo seja criar um modelo de desenvolvimento econômico com benefícios coletivos que promovam o bem viver de toda a população.

A falha na metodologia, proposital e sistematizada em colher dados externos, é revelada pela insuficiência de informações que se apresenta como um dos entraves que inviabiliza o atendimento adequado às populações mais vulneráveis, uma vez que é necessário identificar quais são os riscos e quem são as pessoas que se encontram expostas a eles. Fica, assim, evidente o processo de protecionismo empresarial, de apagamento de

histórias e ausência absoluta de cientificidade e referencialmente fundamentado, não se pode considerar tal documento como técnico, sério ou ponto de partida para reparação e análise do já considerado maior desastre urbano mineral em curso do mundo.

Reforçamos que a insistência em aceitar tal diagnóstico como um ponto de partida para reconstrução dessas áreas é perpetuar um contexto permanente, histórico e contínuo de violações de direitos e revitimização. Os dados precisam ser produzidos, estratificados, monitorados e mapeados para desenvolver ações de prevenção e de assistência humanitária focada nas demandas dessas populações.

Referências

UNIDOS para direitos humanos.

Disponível: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/course/lesson/articles-19-25/read-article-23.html>. Acesso em 11 mar. 2023

BRASIL. CF188.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 11 mar. 2023

9- Leitura Comunitária

Juliane Veríssimo
Camila Dellagnese Prates

Tópico abordado:

Grupos focais realizados em circunstâncias problemáticas

Metodologia

Esta análise contou com pesquisa bibliográfica acerca da operacionalização adequada para realização de grupos focais e dos processos socio históricos ocorridos na década de 80 e 90 envolvendo a Braskem, antiga Salgema, na comunidade do Pontal e Trapiche da Barra e os entraves que envolveram a criação do cinturão verde naquela região.

9.1 Exposição das inconsistências

Grupos focais realizados em circunstâncias problemáticas

A partir da análise do documento elaborado pela Diagonal, mais precisamente no segmento Leitura comunitária, que trata da estruturação e operacionalização dos grupos focais, um dado saltou aos olhos: o local de realização do evento. O espaço escolhido foi o cinturão verde, que é administrado pela Braskem, a escolha se deu “pela disponibilidade e possibilidade de realização de acordo com os protocolos sanitários necessários para acomodar a expectativa de público” (DIAGONAL, 2021, p.587).

A afirmação causa espanto, uma vez que certamente havia outras possibilidades de locais para realização e esbarra novamente na convergência de interesses entre a Braskem, que indicou o nome da empresa Diagonal ao MPF, e as ações desta na montagem de um diagnóstico enviesado.

Importante pontuar que os critérios de escolha dos locais para realização de grupos focais não são meros detalhes, eles “podem ocorrer em: [i] espaços do cotidiano ou [ii] espaços chamados neutros - diferentes dos frequentados pelos(as) participantes assim como a escolha dos participantes” (PÁTARO, CALSA, 2020), encontrar um lugar “neutro” é uma tarefa complicada, mas o ponto sensível aqui é a parcialidade calculada, manejada para um fim, não há explicação lógica para a realização de grupos focais num espaço de proteção ambiental mantido pela Braskem, entende-se aqui que a simbologia em torno do lugar afeta a participação das pessoas, induzem elas ao erro, ou a uma percepção não adequada sobre a realidade que vivem, uma vez que estão em contato com uma ação socioambiental concreta

promovida e mantida pela Braskem, podendo influenciar opiniões durante a realização da atividade proposta. Cumprindo assim o papel de confundir os participantes do grupo.

É importante ressaltar que no passado o cinturão verde, criado como a saída para a proteção da área degradada pela empresa em virtude da construção da planta industrial, foi alvo de intensa reclamação da população do lugar (Vieira, 1997), pois o projeto inicial contava com a interdição da via que liga Trapiche ao Pontal da Barra. O Movimento pela vida, mobilizado contra as ações de agressão ao meio ambiente da antiga Salgema, ressaltava que integrar a antiga rua Dr. José Carneiro, hoje Alípio Barbosa da Silva, que margeia a lagoa e passa nos fundos do terreno do cinturão, ao projeto, funcionava na verdade como uma "política reversa de terras", causadora da remoção dos moradores da região, aquela era na verdade uma nova ameaça de expulsão, já que esse medo rondava a população desde quando a fábrica foi implantada. Qualquer semelhança com a realidade vivenciada pelos moradores dos cinco bairros afetados pela mineração desastrosa não é mera coincidência. Outro ponto não menos importante a ser sublinhado sobre o local não neutro é que pode aumentar a produção de violência simbólica, pois o ambiente pode influenciar a maneira como as pessoas se expressam e interagem entre si.

Ao constituir um grupo focal num espaço que é associado a um grupo dominante, pode haver uma reprodução inconsciente de hierarquias sociais e desigualdades, afetando assim as dinâmicas de poder dentro do grupo focal. Além disso, o local pode influenciar a maneira como as pessoas se expressam, já que algumas pessoas podem se sentir mais confortáveis ou mais inibidas em determinados ambientes. Pierre Bourdieu baseia essa discussão: "O principal mecanismo de dominação opera através da manipulação inconsciente do corpo... Com o mecanismo da violência simbólica, a dominação tende a assumir a forma de um meio de opressão mais eficaz e, nesse sentido mais brutal." (BOURDIEU; EAGLETON, 1999, p.269, 270)

Além dessas questões, no referido documento não há apresentação de maiores detalhes sobre a constituição, tamanho, tipo de registro dos dados, consta apenas que se trata de grupos comunitários. Questões como idade e sexo, se possuem grande interação na comunidade ou não, não foram apontadas, mas elas são importantes para entender a dinâmica e aproximação entre as pessoas. "Quando os participantes se conhecem, podem vir a atuar em bloco e formar subgrupos... O conhecimento mútuo pode inibir a manifestações e coibir a espontaneidade entre os que se conhecem ou esse subgrupo pode atuar inibindo a participação de outros integrantes do grupo." (GATTI, 2005, p. 21)

Sobre o tamanho ideal para um grupo focal, Gatti aponta que pode variar dependendo do objetivo e do contexto da pesquisa: "Visando abordar questões em maior profundidade, pela interação grupal, cada grupo focal não pode ser grande, mas também não pode ser excessivamente pequeno, ficando sua dimensão preferencialmente entre seis a 12 pessoas" (GATTI, 2005, p. 22). Frente ao tamanho do impacto do desastre reforça-se que a bibliografia especializada mostra que um grupo pequeno pode não fornecer insights suficientes para a pesquisa. Frente a isso é preciso novos métodos de participação para ampliar as "perspectivas comuns", que o Diagnóstico objetiva construir. Além disso, é preciso alertar que a escolha da linguagem da empresa para indicar os grupos sociais (*stakeholders*) torna os diferentes grupos sociais invisíveis!

Frente a esse contexto, questionamos:

Quais foram os grupos sociais que participaram dos grupos focais? Solicitamos nas reiteradamente nas "escutas públicas" que nos indicassem os grupos sociais estudados, mas não obtivemos respostas. Como esses grupos foram escolhidos?

Por que a demanda de realocamento, que foi parte do resultado dos grupos focais do Diagnóstico, ficou subanalisado pela empresa Diagonal?

Considerações finais

Apesar de pontuarmos a falta de maiores detalhes sobre a constituição e operacionalização dos grupos focais mobilizados para o diagnóstico, destacamos que o local escolhido inviabiliza qualquer análise, pois está carregado de símbolos de poder sobre as comunidades locais. Aqui o recurso do local neutro não é mero formalismo metodológico, mas parte basilar para um desenrolar satisfatório, que vise única e exclusivamente obter dados em função do problema da pesquisa.

Referências

BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ŽIŽEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, pp. 265-278.
GATTI, Bernardete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro, 2005.

10 - Anexos

Anexo 1 – Ofício MUVB

Anexo 2- Pedido de dados FEAC/ UFAL

Anexo 2- Pedido de dados FAU/ UFAL

Anexo 3- Pedido Diagonal Comissão DH OAB

Anexo 3- Estudo da Comissão de Direitos Humanos nos Flexais.

Maceió, 14 de março de 2023.

OFÍCIO 01/2023

Á DIAGONAL CONSULTORIA

Assunto: **Solicitação de mudança no formato da Escuta Pública.**

O **MUVB – MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM** vem por meio deste solicitar a esta consultoria a mudança no formato da escuta pública que será realizada hoje dia 14/03/2023 e nos demais dias que fazem parte da programação, pois em nossa avaliação da última escuta do dia 07/03/2023, a participação da população foi prejudicada.

O tempo direcionado de 3 minutos para cada fala é insuficiente, se tratando da análise de um documento de mais de 600 páginas, há vários pontos que necessitam ser abordados e que acabam ficando pendentes e foi o que ocorreu na escuta anterior, além disso, muitas perguntas ficaram sem resposta.

A proposta é que nas falas de pessoas da população atingida sejam disponibilizados 5 minutos e para as lideranças, associações e especialistas da área sejam disponibilizados 10 minutos com direito à Réplica e Tréplica. Solicitamos também que as perguntas sejam respondidas a cada fala e não em blocos. Para tanto, sugerimos que o período de exposição do diagnóstico pela banca seja mais objetivo possível para que assim haja mais tempo para as falas dos participantes da escuta.

Nestes termos, pedimos e aguardamos o deferimento sobre a nova condução das escutas públicas.

Atenciosamente,

CÁSSIO DE ARAUJO SILVA

MAURÍCIO SARMENTO DA SILVA

NEIREVANE NUNES FERREIRA DE SOUZA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Memo nº ____/2023

Maceió, AL, 05 de janeiro de 2023.

À BRASKEM S.A

Assunto: Solicitação de dados para projeto de pesquisa

Solicitamos disponibilização de dados da sua instituição no sentido de contribuir para que obtenha-se acesso a informações relevantes para a capital de Maceió, no âmbito de pesquisas que estão sendo desenvolvidas dentro da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC na UFAL com o projeto intitulado: ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DOS INCIDENTES OCASIONADOS PELA MINERADORA BRASKEM EM MACEIÓ-AL SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE EM SUAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O projeto será desenvolvido em três vertentes conforme titulação de projetos e seus respectivos coordenadores de pesquisas que trabalham em conjunto para responder questionamentos acerca do acontecimento, registrar dados e sugerir demandas de políticas públicas voltadas para o futuro dos bairros afetados e conseqüentemente para a capital de Maceió.

TÍTULO DO PROJETO	EFEITOS DO INCIDENTE DA BRASKEM EM MACEIÓ/AL SOBRE A LUCRATIVIDADE DAS EMPRESAS AFETADAS
FINANCIAMENTO	FAPEAL

OBJETIVO DO PROJETO	DO	Análise quantitativa econômico-financeira e estudo das políticas públicas. Atuando principalmente nos seguintes objetivos: 1) Análise do impacto econômico/financeiro decorrente dos incidentes ocasionados pela mineradora Braskem em Maceió-AL;
COORDENADOR		<i>ANDERSON MOREIRA ARISTIDES DOS SANTOS</i>
TÍTULO DO PROJETO	DO	Análise dos danos ambientais decorrentes do fenômeno de subsidência provocado pela extração inadequada de sal-gema em Maceió/AL
PROFESSOR		Veronica Nascimento Brito Antunes
OBJETIVO DO PROJETO	DO	Análise dos danos ambientais decorrentes do fenômeno de subsidência provocado pela extração inadequada de sal-gema em Maceió/AL 1) Análise do impacto ambiental relacionado aos incidentes ocasionados pela mineradora Braskem em Maceió-AL;
TÍTULO DO PROJETO	DO	ANÁLISE DOS EFEITOS DO INCIDENTE DA BRASKEM EM MACEIÓ/AL: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM DE PESQUISA
PROFESSOR		Natallya de Almeida Levino Patricia Guarnieri
OBJETIVO DO PROJETO	DO	Análise dos impactos decorrente dos incidentes ocasionados pela mineradora Braskem em Maceió-AL

As informações para que possamos dar início a pesquisa são:

- 1) Lista de empresas formais realocadas dentro do mapa de desocupação, dos cinco bairros afetados, contendo CNPJ, razão social, contatos;
- 2) Lista de espaços públicos que estão sem uso, dentre eles: museu, hospital, escola, centro/posto de saúde, praças, qualquer órgão dentro do mapa de

realocação no âmbito municipais, estaduais ou federais, que tiveram que ser desocupados;

- 3) Número e nome das vias interditadas de forma total ou parcial;
- 4) Relação da infraestrutura de transporte de pessoas e cargas sem uso decorrente do incidente;

- 5) Número de residências desocupadas e média de habitantes por residência depois do incidente;
- 6) Áreas em risco nas proximidades e que podem ter consequências negativas;
- 7) Tipos e valor aproximado de impostos/taxas que eram arrecadados por área desocupada;
- 8) Número de pessoas impactadas por gênero (masculino, feminino, outro); faixa etária; faixa de renda, entre outros dados sócio-econômicos.

Salientamos aqui que os dados serão utilizados apenas com fins científicos e nenhum dado sigiloso ou de informação individual será divulgado de forma aberta respeitando assim a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.

Destacamos ainda que o Art 4º da LEI Nº 13.709 LGPD, dispõe que Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) **acadêmicos**, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

Conforme descrito na jurisprudência não são considerados dados pessoais aqueles relativos a uma pessoa jurídica, como CNPJ, razão social, endereço comercial, entre outros.

Conforme lei de acesso à informação, LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Seção V, que trata das informações pessoais, todos os incisos do artigo serão respeitados, cumprindo o Art. 31. que indica que o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Gostaríamos ainda de destacar que a Universidade Federal de Alagoas - UFAL, necessita e abre espaço para que a Braskem se posicione e participe das pesquisas que vêm


sendo realizadas, para que em conjunto possamos fazer o levantamento de dados, desenvolver soluções e sugestões de políticas públicas para a sociedade de Maceió.

Qualquer resposta relacionada a solicitação do presente ofício poderá ser enviada:


Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos, com endereço onde recebe notificações no Campus A.C. Simões - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC. Av. Lourival Melo Mota, s/n - Tabuleiro do Martins - CEP: 57072-900 Maceió/AL - , ou poderá, também, ser realizado o contato através do endereço eletrônico: natallya.levino@feac.ufal.br, anderson.santos@feac.ufal.br.

Aguardamos retorno, convicto de que os(a) senhores(a) procederão com atenção.


Assinaturas

Documento assinado digitalmente
 ANDERSON MOREIRA ARISTIDES DOS SANTOS
Data: 05/01/2023 20:19:11-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos
Coordenador da Pós-Graduação em Economia Aplicada PPGEA/UFAL

Documento assinado digitalmente
 WALTER MATIAS LIMA
Data: 06/01/2023 09:05:02-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Walter Matias Lima
Coordenador de Pós-Graduação – CPG/PROPEP

Documento assinado digitalmente
 IRAILDES PEREIRA ASSUNCAO
Data: 09/01/2023 09:06:39-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Dra. Iraildes Pereira Assunção
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEP/UFAL

Of. CDH/OAB/AL – Nº

Maceió/AL, 10 de abril de 2023.

A Vossa Senhoria,

Representante da Diagonal,

NESTA

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Alagoas, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, presente nas Escutas Públicas, sobre o Diagnóstico Técnico-Participativo organizados em EIXOS, realizadas no Ginásio da Escola Moreira E Silva CEPA, nos 07, 14, 21, e 28 de março do corrente ano, em Maceió - AL, que resultou na solicitação de acesso as Transcrições das Escutas Públicas e a Dilação de Prazo para manifestação sobre o Diagnóstico, vem apresentar as seguintes considerações:

CONSIDERANDO as dificuldades de cumprir dentro do prazo estipulado, a manifestação acerca do Estudo apresentado, devido a sua complexidade, especificidade e tudo que o envolve, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL, requer acesso as transcrições das Escutas e uma dilação do prazo.

O Estudo apresentado necessita tempo hábil para ser analisado, por esta Comissão, pois a denúncia de graves violações aos Direitos Humanos durante a apresentação dos Diagnósticos feitos, organizados em quatro Eixos, cuja origem foi o Acordo Socioambiental, resultado do afundamento no 05 (cinco) bairros da Capital, causados pela BRASKEM.

CONSIDERANDO a denúncia de grave violação aos Direitos Humanos em diversos aspectos, que envolve as comunidades direta e indiretamente afetadas, que não estão representadas ou estão de maneira superficial nesse estudo. Necessário um tempo maior para a análise de todo o material.

Segundo relatos da própria comunidade durante a apresentação realizada pela equipe da Diagonal, não houve diligência por parte da empresa para a construção desse diagnóstico. Ocorre

que, nas escutas as indagações da comunidade e de especialistas, não foram plenamente respondidas, ao contrário, sendo estas evasivas e genéricas.

CONSIDERANDO o papel de Defesa dos Direitos Humanos desempenhando a partir da provocação da comunidade e de investigações e levantamento de demais informações, solicita o que se segue:

1. Que seja verificado a possibilidade de envio das transcrições das escutas dos EIXOS.
2. Que seja dado uma extensão do prazo para manifestação do Estudo apresentado pela Diagonal.

Por fim, esta Comissão encaminha a questão a Vossa Senhoria para adoção das providências.


Pedimos que seja informada a esta Comissão, a decisão sobre as solicitações feitas, para tanto, estes são os contatos: e-mail: direitoshumanos@oab-al.org.br e o contato telefônico: (82) 9.9104-7116.

Por fim, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL lhe solicita os bons préstimos e reitera os votos de estima e apreço.

Atenciosamente,



Roberto Barbosa de Moura
Presidente da CDDH – OAB/AL



Arthur de Sousa Lira
Secretário-Geral da CDDH - OAB/AL



Mayara Heloisa Cavalcanti da Silva
Vice-Presidenta da CDDH – OAB/AL

**RELATÓRIO DA INSPEÇÃO REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE SETEMBRO
DE 2022 NA COMUNIDADE DOS FLEXAIS E ADJACÊNCIAS**

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/AL, realizou no dia 15 (quinze) de setembro do corrente ano, inspeção nas moradias localizadas na comunidade do Flexal de cima, situado no bairro de Bebedouro, nesta capital, após pedido formal do Sr. Valdemir Alves, residente da comunidade.

A inspeção foi conduzida pelos seguintes advogados e advogadas da OAB/AL: Danielly Inês, Djalma Cavalcante, Cristianne Fernandes e Adriana Valois, ambos representantes da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e do Sr. Thiago Paranhos e a Sra. Wannessa Borba, membros da Comissão Especial do Pinheiro, a pedido do Sr. Carlos Lima.

Segundo o Sr. Valdemir, cerca de 812 (oitocentas e doze) moradias que deveriam ser realocadas, em torno de 3,5 mil pessoas que sobrevivem nas comunidades dos flexais. O intuito desta inspeção, foi verificar as condições de acesso a saúde, educação, transporte, comércio, lazer, segurança, e entre outros direitos fundamentais preconizados na CRFB/88.

De acordo com os moradores, devido ao fato do afundamento do solo na capital, causado pela mineradora Braskem, esses direitos estariam sendo desrespeitados, em virtude do comércio local, localizado na Rua Cônego Costa – centro do Bebedouro – ter sido desativado pela Defesa Civil de Maceió.

Por consequência, a comunidade local vem fazendo apelo aos órgãos interessados, como a Prefeitura de Maceió, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal para que a comunidade dos Flexais (de cima e de baixo) possam fazer parte do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação criada pela Braskem.

De acordo com levantamento realizado pela Defesa Civil, constatou-se que moradores dos Flexais e outras comunidades próximas, estão sofrendo um evento chamado “ILHAMENTO SOCIOCONÔMICO”, devido à falta de serviços públicos, já que mais de 40% do comércio que atendia a população local, foram realocados e os demais seguem sendo desativadas.

Assim sendo, a luta para estes moradores é conseguir que os flexais sejam colocados no Mapa de Risco, já que fora deste mapa, não seria possível fazer parte do programa da mineradora, bem como contestam o laudo emitido pela Defesa Civil de Maceió.

LISTA DOS RELATOS DE ALGUNS MORADORES DA REGIÃO

1 – Clarice Fernanda Gama Bezerra (Flexal de cima, nº 237), telefone (82) 98811-5667

Clarice, mora com duas filhas (10 e 14 anos) e sua genitora (60 anos). De acordo com a moradora, esta perdeu sua avó de 80 anos de idade, em virtude do desenvolvimento de ansiedade e depressão após descobrir que o local onde morava era de risco.

Certa vez, sua mãe foi picada por um escorpião e precisou de uma ambulância na madrugada (3h da manhã), ligando para a SAMU a atendente disse que não poderia mandar uma ambulância por ser local de risco ou inabitado. Clarice relata que neste dia, sua mãe foi socorrida por vizinhos.

Esta moradora tinha um pequeno comércio que funcionava um Delivery de janta, após o comércio da avenida principal do bairro ser realocado e muitos moradores começarem a irembora, Clarice teve que fechar o seu negócio, de onde viria o sustento da sua família. Atualmente, ela e suas duas filhas vivem do benefício da sua mãe, está desempregada, devido a maioria das escolas fecharem, ela paga R\$ 700,00 (setecentos reais) de transporte para as filhas poderem continuar estudando.

A moradora nos relatou que a diminuição dos coletivos, prejudicou muito a comunidade, muitos tiveram que usar os aplicativos como o UBER ou 99 para poder ir trabalhar, estudar, fazer feira em bairros mais distantes e ir ao posto de saúde, contudo, dependendo do horário ou por vários motivos, os motoristas desses aplicativos se negam a vir a atender a população nas comunidades dos Flechais. Clarice foi sucinta em afirmar que até para comprar 2 reais de pão fica difícil, as padarias mais próximas segunda ela, ficam Chã de Bebedouro ou na Chã da Jaqueira.

2 – Maria José Correia Pereira (Flexal de cima, nº 252).

Maria José, moradora da casa 252, no Flexal de cima a mais de 40 (quarenta) anos, tem 56 anos, mora com mais três pessoas, a casa é própria e faz tratamento de Hemodiálise 3 (três) vezes por semana.

A moradora relatou que não sai mais de casa, porque não existe mais nada nas ruas de Bebedouro, se não for os seus filhos para levá-la para fazer o seu tratamento semanal de hemodiálise, a ambulância equipada também não vai até a sua residência. Segundo a entrevistada, remédios pede por telefone, a feira quem faz são os seus filhos, pagamento para fazer em lotérica somente no bairro do Tabuleiro, a onde tem uma lotérica. Ainda de acordo com a moradora, o transporte é quase inacessível na região, se chamar um carro através de aplicativo, o motorista acaba vindo somente com muita insistência. As pessoas se trancam em suas casas a partir das 19:00h, pois as ruas ficam desertas.

3 – Silvia Rosana de Souza Paz (Flexal de cima, nº 251).

A entrevistada mora com o marido e seus dois filhos menores, ela relatou que tinha um pequeno comércio de depósito de bebidas e vendia também algumas coisas como biscoitos, lanches, produtos de limpeza e alimentos.

Silvia afirma que logo após o anúncio do desastre da mineradora, as suas vendas começaram a cair, pois, muitos moradores começaram a ir embora do bairro, atualmente ela tem guardada cerca de 42 (quarenta e dois) notas fiscais sem pagar, em virtude disso está com seu nome o SPC/SERASA.

Hoje, a moradora e seus dois filhos, sobrevivem do salário do marido que é motorista, ela relata que em decorrência do descaso tanto da mineradora quanto do poder público desenvolveu ansiedade, sua saúde piorou muito pois não sabe o que vai acontecer de agora em diante, a entrevistada faz tratamento para trombose e se não for o seu marido para levá-la ao médico fica sem ter como ir, porque o transporte na região é quase escasso

4 – Maria José da Silva (Flexal de cima, nº 893).

A moradora entrevistada tem 86 (oitenta e seis) anos, reside com mais 4 (quatro) filhas, e somente duas das suas filhas trabalham para manter a casa.

Dona Maria nos relatou que era marisqueira e pescadora, trabalhou a vida inteira na lagoa para sustentar as filhas e levantar a casa que é seu único patrimônio.

“Lutei muito para deixar esse biongo para as minhas filhas e hoje não vale de nada”.

A entrevistada faz tratamento para depressão e sistema nervoso, que foi desenvolvido por causa do medo de tudo cair a qualquer momento. Sua casa fica na encosta e possui várias fissuras e a Defesa Civil afirma que as rachaduras da casa não têm nada haver com o afundamento do solo causado pela Braskem.

“Aqui não está vivendo, está vegetando. Não consigo dormir, eu cochilo pouquinho, só uns 30 (trinta) minutos. Aqui para conseguir um Uber é uma luta”.

5 – Adriano Teixeira Gomes (Flexal de cima, nº 524).

Adriano, morador da comunidade e pequeno comerciante, que está já fechando as portas, vende acessórios para celular e realizava consertos nos aparelhos, a falta de clientes acabou com o seu comércio que ajudava custear as despesas de sua casa.

Sua casa fica na encosta e reside com mais 4 (quatro) pessoas, atualmente, Adriano continua com seu negócio na região e afirma que é a sua única renda.

6 – Maria Aparecida da Conceição (Flexal de cima, nº 892).

A moradora, reside na comunidade do Flexal de cima a 29 (vinte e nove) anos com o seu esposo (DORGIVAL FRANCISCO DA SILVA) que é cadeirante, e mais um filho. Ela é pescadora e marisqueira, possui 8 (oito) casas de aluguéis na mesma região, e está lutando para se aposentar.

Segundo a Sra. Maria Aparecida, apesar da casa (área de encosta) ser própria e possuir casas para alugar, sua renda caiu, pois, atualmente só possui dois inquilinos, o restante se mudou com medo do desabamento.

“Aqui está muito difícil de viver, a lagoa não tem mais sururu, ninguém pode mais pescar, hoje a lagoa está com 10 metros de profundidade, e só tenho dois inquilinos, e está para ir embora mais um, meu marido é cadeirante, toma vários remédios, vivo assim como a senhora pode ver”.

7 – Lucélia Aureliano dos Santos Paz (Flexal de cima, nº 222).

Lucélia é servidora do estado, reside a 40 (quarenta) anos com seu marido e sua filha na comunidade do Flexal de Cima. Segundo a moradora, que possui sua casa como único bem patrimonial, ainda paga as parcelas financiadas pelo banco. Filha de pescadores, nasceu e cresceu no bairro de Bebedouro, sua família toda ainda reside no bairro, afirma que é difícil aceitar o que está acontecendo na sua comunidade, diz sofrer por tudo e por toda a população local.

A entrevistada relatou que a vida de todos na rua mudou após a saída do comércio, a desativação do posto de saúde, as cinco escolas que foram realocadas, o coração do bairro que funcionava na avenida principal do bairro.

“Fomos abandonados, atropelaram a nossa dignidade, a nossa história”.

Lucélia possuía um pequeno comércio de doces e lanches na sua garagem para complementar a sua renda, principalmente para ajudar a sua filha que estuda na UFAL. Sua filha estuda em tempo integral, gasta entorno de 400 a 500 reais de Uber por mês, porque não tem ônibus a noite para voltar para casa. A segurança também é outro problema, aumentou os assaltos, arrombamentos a carros estacionados na rua, depois das 19:30h da noite, a rua fica deserta. O carro do lixo só passa uma vez por semana.

De acordo com a moradora, ainda funciona duas mercearias pequenas no Flexal de cima, como o comércio fechou e muitas pessoas mudaram-se, o consumo caiu, com isso, os preços nas mercearias aumentaram muito.

Segundo a moradora, outros moradores que pedem em delivery um galeto assado por exemplo, compra no valor de R\$ 51,00 reais, um galeto que custa normalmente R\$ 22,00 reais em outros bairros da cidade. Já o açougue mais próximo fica na chã de bebedouro, para ter acesso a chã, é obrigado a subir uma ladeira pesada.

8 – Maria de Lurdes Cavalcante de Oliveira (Flexal de cima, nº 463-A).

Maria é aposentada, reside atualmente com o marido, e devido ao medo e preocupação, ela desenvolveu depressão, ansiedade e pressão alta.

9 – Iracir (Flexal de cima, nº 471).

A entrevistada reside com seu filho, e devido aos problemas causados pela mineradora Braskem, desenvolveu ansiedade. Dona Iracir desocupou a casa e mudou-se para o Tabuleiro por ter receio do que pode acontecer, vive atualmente de aluguel, sua casa na comunidade do Flechal fica na encosta, hoje, o imóvel está desocupado e sua vizinha da frente fica com chave para cuidar da casa, ela, nos relatou também a grande dificuldade de transporte região.

10 – Edilene Viana de Mendonça (Flexal de cima, nº 439).

Edilene está desempregada, reside com o seu filho, antes trabalhava com costura e era motorista de aplicativo, sua renda atualmente é o aluguel de casa na região, sua residência apresenta fissuras.

11 – Maria Pereira de Oliveira (Flexal de cima, nº 385).

Marisa, vive com a mãe idosa de 93 (noventa) anos e mais duas pessoas. A entrevistada afirma que todas da sua residência sofre com a situação do bairro, vivem com ansiedade e sua mãe não anda.

12 – Maria Madalena Melo Matos (Flexal de cima, nº 385).

A moradora, reside, desde 2016 no bairro, na companhia dos seus netos e mais dois filhos, faz tratamento oncológico na Santa Casa de Misericórdia de Maceió, nos relata a grande dificuldade para ir fazer seu tratamento, antes, conseguia ir de trem, hoje uma Ong chamada Renascer que ajuda a entrevistada a dar continuidade ao seu tratamento, além disso, tem que pagar transporte para levar as crianças na escola, coisa que não precisava antes, pois conseguia levaros netos andando, porque a escola ficava perto de casa.

Maria também tinha um pequeno comércio em casa de artigo para festas, com falta de clientes na região, não consegue vender os seus produtos.

13 – José Hilton Silva (Flexal de cima, nº 744).

Seu José, reside no Flexal de baixo com sua esposa, sobrevive com a ajuda dos filhos, pois o seu comércio de venda de frango na região, não cobre as despesas e necessidades dele e da sua esposa.

Segundo o seu José, hoje ele e seus vizinhos vive com os nervos abalados, muitas pessoas vivem em depressão, tomando remédios para dormir e para controlar os nervos. O morador relata que teve um AVC, e toma remédios. Descreveu a dificuldade de ir um posto de saúde, o posto mais próximo da comunidade fica na Chã da Jaqueira.

“Antes, com todo sacrifício, conseguíamos pegar uma ficha para ir ao médico no posto de saúde, hoje, muitos passam pelo mesmo problema, estava conversando com uma senhora ali, ela disse que não vai ao médico a quatro anos. Tudo ficou mais difícil”.

14 – Petrúcio Antônio Silveira da Silva (Flexal de cima, nº 838 e 848).

O entrevistado permitiu uma breve gravação que explana seus dias atualmente na comunidade do Flexal de baixo.

Seu Petrúcio, possuía um mercadinho, um depósito de gás e algumas casas de aluguel, atualmente, ele vive da renda do filho que possui o benefício do PBC/LOAS, vive triste sem saber o que será do seu futuro e da sua família.

15 – Antônio Marcos dos Santos (Flexal de cima).

Seu Antônio, tem 3 (três) filhos e reside com sua esposa e filhos em casa própria, localizada no flexal de cima, precisamente na encosta, perto do seu ferro velho. Antônio relata que as vendas no seu comércio caíram após a saída de muitos moradores na região.

16 – Dorgival Pereira dos Santos (Flexal de cima, nº 243).

As irmãs Denise Andrade dos Santos e Diona Andrade filhas do Sr. Dorgival Pereira dos Santos, com 87 anos, informam as irmãs, que o idoso apresenta quadro grave

de DEPRESSÃO devido aos acontecimentos no bairro e na sua rua, que os valores cobrados pelos mercadinhos próximos são inviáveis.

Para comprar pão, por um valor acessível, se deslocam por cerca de 1km, falam que se sentem isolados. Informam ainda que o imóvel é próprio e que perderam a renda de um Ponto Comercial, pois não há quem queira alugar casas na região.

Relatam também que houve casos de Chikungunha, e que a AMBULÂNCIA não entra, eo serviço de UBER cancela as chamadas. O Imóvel apresenta rachaduras e a família quer a realocação.

17 – Adriana Santos Aragão Silva (Flexal de cima, nº 267). 98885-7924 – Gabrielle

Adriana Santos Aragão Silva, viúva, 48 anos, reside com suas 02 filhas que fazem faculdade, e tem dificuldade com transporte, já que os ônibus só passam de duas em duas horas. Residem há 10 anos no local que é próprio.

Perderam 02 (duas) Fontes de Renda: O Ponto Comercial – Salão de Beleza, pois a clientela se afastou por temer a instabilidade do solo e a falta de segurança, não conseguem alugar o Imóvel em baixo pelos mesmos motivos citados acima. Gabriele filha da Sra. Adriana relata ter sentido TREMOR DE TERRA.

As filhas afirmam que não existe relatório sobre a situação do imóvel, apesar de apresentar rachaduras, no primeiro e no segundo andar.

A família quer a realocação.

18 – Rosana Macedo (Flexal de cima, nº 261). 999353005

Rosana Macedo, 45 anos e Hywry Thawann Macedo, 22 anos ambos residem no mesmo imóvel há 09 anos. Informou que este Imóvel, que é próprio, atende as duas famílias, com 04 integrantes, sendo três adultos e uma criança de colo.

Perdeu sua Fonte de Renda – Salão de Beleza por medo e insegurança dos clientes.

Relatou que a Defesa Civil já esteve no Imóvel e NÃO incluiu o imóvel em risco, porém apresenta RACHADURAS. Pedem a realocação.

19 – Maria Josefa dos Santos (Flexal de cima, nº 339).

Maria Josefa dos Santos, 78 anos, Ela se queixa da falta de POLICIAMENTO na Região. Foi abordada na porta de casa por um desconhecido, e diz que vive com as portas e janelas trancadas. Teme pela segurança da filha, que faz uso do transporte público, a noite quando retorna do trabalho, pois vem caminhando na rua deserta.

A idosa, que já sofreu dois AVC's, após o surgimento das rachaduras, faz uso de medicação de uso contínuo. Ela diz que só pode contar com os vizinhos em caso de adoecimento e/ou de SOCORRO URGENTE, pois não tem acesso ao Serviço de Ambulância, nem UBER e nem TÁXI, no caso dos UBERs, eles cancelam as chamadas, Taxi não passa pela região e as ambulâncias não prestam este serviço e quando vão, o tempo de espera chega a ser de horas.

Idosa informa que recebe pensão e aposentadoria, reside com uma das filhas que trabalha no Shopping, no imóvel que é próprio, já que precisa de cuidados. A idosa quer a realocação.

20 – Soledade dos Santos (Flexal de cima, nº 381).

A sra. Soledade dos Santos, é filha de Dona Maria Josefa, e afirma que perdeu o emprego por falta de acessibilidade a transportes, pois houve a diminuição da oferta de ônibus.

Ela afirma que a um tempo atrás, seu filho observou que estava saindo da pia do banheiro um TIPO DE CHAMA, indo verificar, percebeu que havia além da chama, um ODOR muito forte, que durou 15 (quinze) dias, nos cômodos da casa.

Permanece residindo no imóvel a dois anos, que é alugado, para cuidar durante o dia de sua Mãe que foi acometida por 02 (dois) AVC's.

A Defesa Civil esteve no imóvel, por conta da chama e dos odores, mas não incluiu o imóvel na Área de Risco e nenhuma providência foi tomada. Quer a realocação

21 – Maria Rosanegela dos Santos (Flexal de cima, nº 367).

Maria Rosangela dos Santos, a casa onde reside é alugada onde se encontra o seu Ponto Comercial – Salão de Beleza.

Afirma que se encontra em dificuldades financeiras, com contas atrasadas e dificuldades em relação aos clientes pela falta de segurança na Região, como também pelas rachaduras. Quer realocação.

Possui um imóvel na Região que se encontra alugado, por valor abaixo do praticado pelo mercado, causando prejuízo.

Apresenta Diabetes e Hipertensão agravada pela situação no Bairro onde mora.

22 – Marluce Severino da Silva (Flexal de cima, nº 715).

Dona Marluce Severino da Silva, informa que das 04 (quatro) pessoas que moram no imóvel, 02 (duas) delas tem mais de 80 (oitenta) anos; sua Mãe com 88 (oitenta e oito) anos e seu Pai com 91 (noventa e um) anos. Quer realocação.

O senhor com muitas comorbidades – Cardiopatia, possui Stent, é hipertenso e possui fragilidade pulmonar, a mãe iniciou um processo depressivo, que está controlado.

Residem há mais de 60 (sessenta) anos neste local, o imóvel é próprio, lamenta que perderam a linha telefônica fixa que tinham, por causa da situação.

Descreve os mesmos problemas de ausência de Segurança Pública, carência de transporte público e estabelecimentos comerciais que ofereçam medicamentos, alimentos, produtos de higiene e Serviços de Assistência à Saúde, principalmente para seus pais.

Precisa se deslocar por grandes distâncias para obter alguns produtos, seja de alimento ou de limpeza.

23 – Dorgivânia Alves dos Santos (Flexal de cima, nº 753).

Dorgivânia Alves dos Santos, e seu esposo Paulo Roberto dos Santos,- Vânia como gostade ser chamada informa que perderam todas as fontes de renda.

Seu esposo trabalha no conserto de relógios em uma banquinha que foi desativada em consequência da ocupação da BRASKEM, por isso desenvolveu depressão grave, aos 67 (sessenta e sete) anos e teve outras complicações de saúde que levaram a sua internação no HGE e amputação de sua perna.

Dona Vânia que possui deficiência visual trabalhava vendendo temperos e outras miudezas, além de sanduíches, fechou o ponto por não ter clientela.

Sendo diabética e hipertensa tem dificuldade para comprar sua medicação e pagarsuas contas, precisando da ajuda diária de sua filha e nora.

Precisou se desfazer de algumas galinhas e de um carro velho para pagar algumas dívidas e pagar uma cuidadora para acompanhar seu esposo no HGE, já que a mesma não tem condições.

O esposo apresenta um quadro de ALZHEIMER. A idosa chorou muito quando lembrou do estado em que se encontra seu esposo e os cinco animais (cachorros) que hoje passam fome, afirmando que antes quando seu marido trabalhava, isso jamais aconteceu.

Uma de suas filhas que tem uma casa alugada na Região e seu neto Carlos de 10 (dez) anos, estão morando com ela por conta de suas necessidades, no imóvel que é próprio.

Seu neto Carlos algumas vezes na semana precisa ir sozinho até o início do Flexal para pegar o ônibus para ir à escola, colocando em risco sua vida, pois o ônibus não entra para pegar as crianças.

A Sra. Vânia, acredita que todos os problemas de saúde de seu esposo, surgiram com a origem dos problemas causados pela mineração da BRASKEM. Quer REALOCAÇÃO.

Deixamos o número da Comissão para que a filha de Dona Vânia entre em contato.

RECLAMAÇÕES GERAIS

- A lagoa está poluída, não existe mais sururu e peixe (Segue o link do vídeo feito pelos os moradores);
- A falta do trem e o VLT atravessarem a área de risco pelo peso que possuem e a trepidação que geram;
- Diminuição da coleta semanal de lixo, que antes era feita três vezes por semana, hoje apenas uma vez por semana sem dias certo;
- Reclamam de assaltos constantes por falta de policiamento na área,;
- Número maior de ônibus e mais diversidade de trajetos, NO GERAL A FALTA DE TRANSPORTE É UNÂNIME;
- Não querem revitalização e sim a realocação dos moradores, e uma indenização justa;
- As obras contratadas pela prefeitura, ficam inacabadas. Como uma escadaria para ligar Flexal de cima o Flexal de baixo, não foi concluída;
- Alguns imóveis que tinham valor de 80 mil, agora só oferecem 20 mil;
- Falta das instituições religiosas que haviam;
- Imóveis que já estão vazios preocupam os moradores;
- A falta do comércio e escola a comunidade.

ÁUDIOS GRAVADOS:

- Valdemir Alves;
- Petrócio Antônio Silveira da Silva (flexal de baixo, n° 838 e 848);
- Cleaderson dos Santos Silva (flexal de cima, n° 874);
- Antônio Marcos dos Santos (dono de um ferro velho);
- Maria Eliene e seus filhos Jean Antônio e Regiane (flexal de baixo, n° 717);
- Dacira (faltou o nome completo, flexal de baixo, n° 845);

- Milena (flexal de baixo, n° 747)

IMÓVEIS DESOCUPADOS NO FLEXAL:











IMÓVEIS DESOCUPADOS FLEXAL DE CIMA









IMAGENS DA INSPEÇÃO





CASA DO ADVOGADO

Praça Bráulio Cavalcante, 60 – Centro - Maceió-AL - Cep.: 57.020-350 – Fone: 3028 – 2558 Email: direitoshumanos@oab-al.org.br







CASA DO ADVOGADO